

GÊNERO E RURALIDADES



GT 16

TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES AGRICULTORAS

Ana Elizabeth Souza Silveira de Siqueira
Universidade Federal da Bahia
bethssiqueira@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem por base o quinto capítulo da minha Dissertação de Mestrado, com o título “Empoderamento de Mulheres Agricultoras: Possibilidades e Limites de Um Projeto de Desenvolvimento Rural no Semiárido Baiano”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPG-NEIM) / UFBA, em 25 de agosto de 2014. O artigo apresenta uma parte do capítulo das trajetórias e experiências das mulheres agricultoras que participaram do Projeto Gente de Valor (PGV) da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), do Governo do Estado da Bahia. Pretende-se dar voz às mulheres, apresentar suas histórias de vida e, a partir de suas trajetórias da vida cotidiana e das experiências por elas vividas ao exercerem as atividades domésticas, organizativas e produtivas em suas comunidades, perceber como se deu ou não o processo de empoderamento. Os dados foram obtidos a partir de uma abordagem qualitativa, baseada em observações de campo e registro de histórias de vida de 10 mulheres que estão à frente das associações, ou que participam ativamente dos grupos produtivos de quintais, beneficiamento de frutas e artesanato. No confronto de elementos teóricos com a experiência concreta dessas mulheres agricultoras, pretende-se enriquecer o debate sobre como a questão de gênero interfere na organização social dos espaços público e privado e levar a pensar nos valores e contravalores que estão associados a cada uma das designações atribuídas aos homens e às mulheres na sociedade contemporânea.

Palavras Chaves: relações de gênero, mulheres agricultoras, empoderamento.

Introdução

Antes da discussão sobre as trajetórias e experiências das dez mulheres agricultoras entrevistadas, do Projeto Gente de Valor¹, faz-se necessário retomar algumas categorias de análise, que considero importantes e mesmo fundamentais para um melhor entendimento da reflexão que pretendo desenvolver neste artigo.

A categoria “gênero” é uma delas, importante para entender as relações sociais, de modo geral e, em especial, as relações de poder entre os homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres. Assim como gênero, reconheço “classe social”, “raça/etnia” e “idade/geração” como categorias relacionais de análises que contribuem para a compreensão das questões atinentes a esta temática e a sua interseccionalidade² com gênero e outras categorias. Geração e idade são dimensões fundantes da vida social, além de gênero, classe, e raça/etnia, o que implica em reconhecer a necessidade de pensar estas dimensões de forma articulada e relacional nas trajetórias e experiências dos sujeitos, individual e coletivamente, estudados.

A noção de “trajetória” é entendida por Pierre Bourdieu (1996, p. 292) como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou mesmo grupo de agentes, em espaços sucessivos”. Esta abordagem nos permite, a partir do sujeito, situar acontecimentos biográficos individuais e coletivos e seus deslocamentos no espaço social. Trabalhar trajetória de vida traz a possibilidade concreta de reconstrução do passado (a infância, a adolescência, a migração, por exemplo, para São Paulo, o emprego de doméstica e a experiência das mulheres no PGV), das fases da vida a partir dos relatos das

1 Projeto de desenvolvimento rural implementado no início de 2007 pela CAR, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR). É um Projeto do Governo do Estado da Bahia em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), órgão das Nações Unidas (ONU). Sua área de abrangência compreendia 34 municípios da região semiárida, todos com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo 26 municípios na região Nordeste do Estado e oito na região Sudoeste.

2 “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. (CRENSHAW 2002, p. 177).

mulheres, levando em consideração a descontinuidade e as rupturas ocorridas tanto na vida individual como coletiva. Por fim, a noção de “experiência”, que é fundamental na investigação do processo de empoderamento das mulheres agricultoras entrevistadas. Na pesquisa, utilizei a definição desenvolvida por Joan Scott (1999, p. 28), segundo quem “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência”. O conceito ajuda a pensar as semelhanças e diferenças de vivências das mulheres agricultoras no interior das categorias sociais como gênero, classe, raça, geração e outras. Seguindo este caminho, percebe-se que o conceito articula a vida social dos sujeitos (individual e coletivo), a experiência vivida e sentida por elas com o conjunto de práticas e representações simbólicas em torno do “mundo real” em determinadas circunstâncias históricas.

Histórias de vida

Apresenta-se um olhar situado sobre as trajetórias individuais e as experiências vividas pelas mulheres agricultoras investigadas. Toma-se como eixos de análise aspectos fundamentais nas histórias de vida, em suas trajetórias e experiências pessoais passadas e presentes. Observa-se em seus relatos os aspectos estruturais como as condições de vida do grupo familiar de origem (pai/mãe), escolarização, o nível socioeconômico, a experiência de trabalho na infância e na juventude e a situação conjugal. Ao comparar as suas trajetórias, independentemente de suas idades e gerações, observo como se assemelham em várias temáticas das quais abordarei aquelas relacionadas aos papéis produtivos e reprodutivos, à divisão sexual do trabalho, educação, violência e sexualidade, partindo sempre de seus relatos.

Infância

Nos relatos das 10 mulheres, quando perguntadas sobre as lembranças que tinham da infância, aparece, inicialmente, a pobreza, sendo a fome abordada por oito delas, de maneira muito forte e dolorosa por algumas. Ao abordar a pobreza a partir de uma perspectiva de gênero e como um fenômeno multi-dimensional, entende-se pobreza como Angelita Toledo e Teresa Lisboa (2011, p. 2), como algo que “não se restringe unicamente à esfera material e/ou econômica (salário, alimentação), mas extrapola para as dimensões subjetivas que vêm ao encontro das necessidades básicas das pessoas, tais como carências

de proteção, de segurança, de lazer entre outras”. As entrevistadas, primeiro, falam da fome de alimentos e da carência do recurso econômico, porém, no desenrolar dos depoimentos, vamos observando as dimensões subjetivas desta fome, que se materializa ao longo da trajetória de vida delas. Os depoimentos de Maria de Lourdes e de Maria José evidenciam a marca da pobreza vivida por essas mulheres:

– A minha infância sofrida, lembro que minha mãe se acabava de trabalhar, tecer rede para dar de comer à gente, que meu pai só bebia. Ela fazia cinco redes na semana, rede batida, tudo pra dar de comer à gente. Ela sai pra feira [às] 03 h da manhã com a rede na cabeça pra vender, não tinha o que comer, a gente ia caçar olho de macambira pra comer, era, fomos criada desse jeito. Hoje em dia tem mordomia, nosso tempo não tinha mordomia, nós não sabia o que era comer um quilo de carne, que a mãe não podia. Ela comprava cabeça de porco, cabeça de gado para gente passar a semana e era só o feijão e a farinha. (Maria de Lourdes, branca, 41 anos).

– Porque no tempo de eu pequena nós não mora que nem hoje em dia. Era um tempo difícil. Meu pai trabalhava lá no gado e nós também pra sobreviver. Porque antigamente nós não tinha [...] as casinhas eram de taipa, cada buraco desse tamanho [risos]. Nós não tinha boa vida. Antigamente nós amanhecia o dia e tomava um cafézinho, ia pra roça pra voltar meio dia. Tinha vezes que até desmaiar na roça a gente desmaiava de fome, por que nós não tinha condições. (Maria José, parda, 50 anos).

As carências e necessidades não afetam indistintamente as pessoas. Se existem fatores de discriminação entre as pessoas, conforme a sua condição de gênero, de classe, de raça, etnia e origem, então o fato de serem pobres, mulheres, negras, em sua maioria, e moradoras do campo faz com que estas mulheres agricultoras estejam mais propensas do que outras a figurar entre os pobres. E, portanto, enfrentam mais limitações e impedimentos, têm mais chances de sofrer a condição de pobreza que é uma das principais causas da dificuldade de acesso aos alimentos – embora não seja a única. O predomínio de mulheres entre os pobres é consequência do desigual acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais. Esta condição de pobreza está relacionada com o acesso ao trabalho, à renda, à propriedade e à escolaridade. Todas as dez mulheres pesquisadas falam que começaram a trabalhar ainda crianças, entre seis e sete

anos de idade. É necessário dizer que, embora o trabalho no campo seja pesado, a ocorrência da “ajuda” infantil continua presente na estrutura de trabalho da agricultura familiar, também como um processo de aprendizagem, assumindo um papel de socialização e identidade. Nos relatos, é visível a dificuldade das mulheres quando crianças, estudarem e a quase ausência de outras atividades na vida delas, como brincadeiras e lazer. Entre as entrevistadas, apenas uma mulher jovem, Maria Esperança, fala em seu depoimento dos momentos de lazer na beira do rio com a família, como lembrança da infância:

– De piquenique, as pessoas fazia muito piquenique, juntava as famílias, levava as crianças pro rio, pescando, fazia pirão, só vinha embora de noite. Isso é assim uma grande lembrança que ficou em minha memória, era um momento de lazer muito bom pra gente, tanto para as crianças como para os adultos. (Maria Esperança, preta, 28 anos).

Apesar de as crianças na zona rural executarem várias tarefas e atividades, elas são consideradas sem experiência, são controladas pelos pais e, muitas vezes, pelos irmãos mais velhos, e assim aprendem e, conseqüentemente, reproduzem, principalmente as meninas, desde a infância o cuidado com os irmãos e irmãs. As meninas começam ajudando nos afazeres domésticos, cuidando dos irmãos e irmãs menores e trabalhando na roça com os pais: foi o que disse Maria das Dores:

– A minha infância não foi fácil, né. Eu nasci aqui, me criei aqui, e com as dificuldades, que desde nova que a gente já trabalha na roça, a gente não tem uma liberdade de brincar, mas é na roça, ajudando mãe em casa e às vezes nem no final de semana. No trabalho, nuns seis anos acho que foi por aí, lavando os pratos, varrer casa, ir pra fonte na Barroca, pegar lenha da roça mesmo. (Maria das Dores, preta, 31 anos).

A identidade de gênero na vida dessas mulheres agricultoras foi sendo construída desde a infância, no seio de suas famílias. Por serem meninas pobres, sentiram na pele como a divisão sexual do trabalho marca a classe social e tiveram que assumir os trabalhos domésticos e as tarefas ditas femininas ainda bem crianças, assim como sua mãe e suas avós. Isto se evidencia como um processo que foi sendo produzido e reproduzido por força da ideologia de gênero, que confere ao homem a responsabilidade pelas atividades ditas “produtivas”,

geradoras de renda monetária, e, às mulheres, as tarefas ditas “domésticas”, reforçando deste modo a constituição da identidade de gênero.

Para essas mulheres quando crianças, estudar foi um grande desafio, tinham muitas dificuldades no aprendizado, por assumirem uma sobrecarga de tarefas domésticas e também produtivas, no nível de exigência de sua execução e na responsabilidade no desempenho de cumprir com as obrigações por elas assumidas. Maria Alice, apesar de ser uma das mais jovens e de origem urbana diz:

- Lembro assim da minha infância, brincando com minhas colegas e cuidando dos meus irmãos, tinha uns 07 até os 14 anos (Maria Alice, parda, 25 anos).

Já o depoimento de Maria do Sossego nos revela que ela, além de assumir obrigações com os sobrinhos, ela migra para a cidade de Salvador para também cuidar de tarefas domésticas, com apenas nove anos de idade.

- Na verdade eu saí daqui com 12 anos, não, 09 anos, eu fui cuidar do meu sobrinho em Salvador. Eu tenho duas irmãs que moram em Salvador. Eu fui cuidar desses dois sobrinhos, e cuidava da casa e ainda estudava. Eu tinha obrigações. (Maria do Sossego, parda, 38 anos).

Nas relações familiares destas mulheres, observo como a ordem de gênero patriarcal ainda impera e é mantida cotidianamente por homens e mulheres, porém percebo como as mulheres agricultoras são peças importantes na reprodução e continuidade do patriarcado, por meio, sobretudo, da educação dos filhos e filhas. A família é uma instituição que desempenha um papel muito importante no processo de socialização dos indivíduos e na transmissão da herança simbólica cuja hierarquia de lugares sociais, aliada à autoridade da experiência e dos saberes das gerações mais velhas, se constitui como referência para a função socializadora. Vejamos o que falam as mulheres pesquisadas Maria dos Anjos e Maria Amélia sobre a relação familiar na infância: – *A minha infância, certo momento, foi boa, em outro não, porque eu não convivi nem com pai nem com mãe na infância, mas fui criada pelo tio e a esposa dele, e nesse meio, nessa parte, prá mim foi bom. Porque foi uma pessoa que me acolheu, já tinha oito filhos, comigo mais, nove, e soube me criar. O que eu hoje sou eu devo muito a ele, esse tio. (Maria dos Anjos, parda, 24 anos).*

- Não são muito boas não. Porque a minha infância, para te dizer a verdade, fui criada com a avó, gostei muito dela, foi minha segunda

mãe. Fui muito sofredora na vida, passei muitas necessidades. Depois a minha mãe arrumou um marido e então produziu mais oito filhos, posso dizer que foi eu que criei os oito filhos dela. Com 19 anos de idade me casei e foi mais oito filhos para criar. Com 26 anos de casada, separei, acabei de criar meus filhos só mais Deus. (Maria Amélia, branca, 50 anos).

Adolescência e juventude

As mulheres e os homens na fase da adolescência³ estão, biologicamente, em um estado de transformação química e, sociologicamente, entrando em um mundo em que os hábitos, os costumes e os valores ainda estão sendo formados e adquiridos. Para Mannheim (1961), a mocidade tem a qualidade de ser um agente revitalizante, um recurso que permanece escondido e que, se mobilizado e integrado, contribui com a sociedade na construção de novas saídas, principalmente na adolescência, por, nesta fase de desenvolvimento humano, o indivíduo não estar ainda emaranhado no *status quo*, na ordem social vigente e, também, por ainda não possuir interesses adquiridos seja de ordem econômica ou espiritual. Nesta fase, começam a cortar a dependência em relação aos seus familiares de quando eram crianças, experimentando o desprender-se do seio da família, interagindo com a vizinhança, com a comunidade e com certo setor da vida pública (MANNHEIM, 1961). Foi esta a experiência dessas mulheres agricultoras que, quando jovens, começaram a sair para outros lugares para trabalhar, viver o despertar da sexualidade, namorar, casar, ter filhos e filhas, em suas buscas por qualquer oportunidade que aparecesse para conseguir um trabalho que gerasse renda para ela e sua família.

A adolescência e juventude de **Maria José**, assim como sua infância, foram marcadas por muitas dificuldades sociais e econômicas. O trabalho na roça era uma constante em sua vida desde criança. Na adolescência não foi diferente, só aumentou o volume de trabalho. Conta que começou a namorar escondido, com 13 anos de idade, mas afirma que antigamente o namoro era “besta, só conversa”. Diz que começou a fazer sexo com 18 anos, conheceu seu marido aos 20 e com 22 anos se casou. Casou pensando em sair do domínio do seu

3 Aqui considero como referência o período da adolescência estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que compreende a faixa de 12 a 18 anos incompletos, e juventude, o período estabelecido de acordo com a Proposta de Emenda à Constituição 138/03, chamada PEC da Juventude, que compreende a idade entre 15 e 29 anos.

pai e que não precisaria mais trabalhar tanto, porém, depois que casou, foi trabalhar ainda mais.

Maria de Lourdes relata que, em sua adolescência, continuou sofrendo violência doméstica de seu pai alcoólatra e bastante violento. Ela e seus irmãos tiveram que sair de casa. Ela foi para Salvador e São Paulo, na juventude, em busca de emprego, e trabalhou como doméstica. Conta que fez sexo pela primeira vez aos 15 anos de idade e não gostou. Diz que fez besteira, referindo-se ao ato sexual, por causa da forma que seus pais a tratavam e aos seus irmãos, sempre com agressividade e com palavrões.

Maria dos Prazeres lembra que, sua juventude foi de muito trabalho na roça e com o machado cortando lenha e ao chegar em casa ainda ter que dividir as tarefas domésticas com as irmãs: varrer casa e terreiro e buscar água nos tanques. Maria dos Prazeres conta que demorou a menstruar, tinha 15 anos, e que, por causa disto, sofreu muita gozação das primas que diziam que ela era macho-fêmea.

Maria das Dores é uma mulher adulta, que se orgulha da sua cor e de ser uma negra que nasceu na comunidade Maria Preta. Fala que, antigamente, quando ela era adolescente, passou por muita discriminação e preconceito por ser pobre, pelo lugar de origem e pela cor de sua pele.

Maria Esperança é uma jovem negra de 28 anos, que começou a namorar na adolescência, com 13 anos. Casou, a primeira vez, aos 18 anos, e não engravidou no início da sua relação conjugal, primeiro, porque tomava anticoncepcional e segundo, por sofrer violência doméstica. Seu marido era um homem jovem de 24 anos, muito agressivo, mulherengo e dependente do álcool. Ela conta, com tristeza, que sua primeira gravidez foi muito complicada, pois vivia um relacionamento muito tumultuado e bastante violento com seu marido e que foi depois de uma briga em que ele a empurrou e ela, grávida, caiu por cima da barriga, que resolveu deixá-lo, ao perceber que estava prejudicando não somente a ela, mas também ao seu filho que nem havia nascido.

Assim como a infância, a adolescência de **Maria Alice** foi marcada por problemas decorrentes do vício da mãe em jogo de bingo. Recorda que, nessa época, ficava com raiva do seu pai por não deixá-la sair com as amigas, para que tomasse conta de seus irmãos menores, por causa da mãe ausente. Conta que sofreu na adolescência com a separação de seus pais, mas o seu maior sofrimento foi quando tinha 15 anos de idade e se apaixonou, durante as férias na casa de sua avó na Bahia, e não quis mais voltar para São Paulo, o que fez seu pai ficar sem falar com ela por dois anos, muito magoado por ela ter ficado

na Bahia e por ter começado a namorar. Ele costumava falar “não suje meu nome”, porque as duas coisas mais importantes que as pessoas pobres têm são o estudo e o nome.

Maria dos Anjos conta que sua infância e juventude foram marcadas pela rejeição e pelo abandono de seus pais biológicos. O fato de nunca ter convivido com seu pai e ter passado pouco tempo com sua mãe marcou sua vida. Quando criança, foi morar com sua avó materna que queria cuidar dela, contudo, sua avó morreu, e ela foi criada pelo tio, filho desta avó. Conta que, na adolescência, seu tio não a deixava sair para as festas com os amigos e amigas da escola, mas que, mesmo assim, começou a namorar aos 16 anos de idade.

O trabalho como empregada doméstica

Das dez mulheres agricultoras entrevistadas, sete vivenciaram a experiência de trabalhar como empregada doméstica, algumas iniciando ainda quando criança e continuando quando jovens. Três delas – Maria dos Anjos, Maria do Sossego e Maria das Dores – realizaram este trabalho em Santa Brígida, em Salvador e em São Paulo, respectivamente. Em termos de relações de trabalho, cada uma delas prestou serviço para pessoas das suas famílias, da mesma classe social, pois foram trabalhar em casas de parentes – irmão, irmã e tio. Dentro da família, constata-se que o trabalho doméstico está quase exclusivamente vinculado ao sexo feminino, a crianças e adolescentes que são responsáveis pelo preparo de alimentos, pela limpeza da casa e pelo cuidado com as crianças menores. Todas trabalharam como doméstica para “ajudar” a família.

– Assim, com 12 anos, eu fui pra São Paulo cuidar de minhas primas lá, com quinze, voltei. Aí, dos seis aos doze foi aqui ajudando mãe; fui pra lá, não fui ganhar nada em São Paulo, voltei, quando chegou aqui comecei namorar, casei. [...] eu só ganhava roupa. Eu morava na casa do meu tio. Só era roupa e comida, lá mesmo era só isso. [...] fiquei três anos sem estudar lá. (Maria das Dores, preta, 31 anos).

Em termos de relações de trabalho, quatro delas prestaram serviços a terceiros, fora do grupo doméstico, para indivíduos de classes sociais diferentes da sua, em uma relação de patrões e empregadas domésticas e seus serviços eram pagos sob a forma de moeda, insumos e bens de uso. Uma delas é Maria José:

- Eu trabalhava direto. Às vezes, quando era moça, trabalhava de empregada doméstica pra poder ganhar um dinheirinho pra poder

comprar uma roupinha pra gente. Era um pouquinho e ainda dava um pouquinho pra mãe, pra ajudar, que tinha quinze filhos, coitada. [...] depois que a gente começou trabalhar assim de empregada doméstica, a gente ganhava um dinheirinho, dava para comprar uma roupinha, um perfumezinho, ajudava minha mãe, coitadinha, era pior do que eu. (Maria José, parda, 50 anos).

As práticas que se constituíram em torno do trabalho doméstico expressam a dominação e subordinação na relação patroa-empregada, sendo o espaço doméstico o cenário da intensa e viva dinâmica das relações sociais de gênero como relações de poder. Portanto, tanto trabalhando na casa dos parentes como na casa dos patrões, estabelecem-se relações de obrigação que representam formas de subordinação e opressão destas mulheres. Mesmo no caso do trabalho na casa de alguém da família suavizar com o discurso da obrigação de ser uma ajuda, um prazer em servir, ocorrem conflitos desta natureza (BRITTO DA MOTTA, 1992, p. 2).

O despertar da sexualidade, namoro e casamento

Na trajetória das dez mulheres pesquisadas, ao pensar as relações entre as gerações de mulheres agricultoras e suas representações sobre a sexualidade, usei o marcador social “geração” como categoria analítica nos dois sentidos em que Andréa Alves emprega o termo. O primeiro sentido é “como posição no interior da estrutura de parentesco, alinhada à organização social do ciclo de vida” (2009, p. 15). Usei-o na perspectiva de tornar mais explícita a conexão entre sexualidade e reprodução, através das relações de parentesco destas mulheres agricultoras e de seus lugares na organização social dos ciclos de suas vidas. O modelo que predomina na sociedade em que estas mulheres agricultoras estão inseridas é o modelo normativo, dominante, de família patriarcal, heterossexual, de casamento monogâmico, com padrões de divisão de gênero e de idade. São padrões construídos socialmente que relacionam linearmente sexualidade, geração e reprodução.

Observa-se que a sexualidade é um tema difícil entre as gerações de mulheres da zona rural, a maioria começando a ter uma vida sexual ativa na adolescência atrelada a um compromisso de casamento. As dez mulheres pesquisadas iniciaram sua vida sexual entre os 15 e os 18 anos de idade, e sete delas afirmam só ter feito sexo com um único homem, seu marido. Destas, as

três adultas mais velhas – Maria José (50 anos), Maria Amélia (50 anos) e Maria de Lourdes (41 anos) – têm o maior número de filhos – sete, oito e seis, respectivamente. Elas fazem parte de uma geração que ainda tinha dificuldade de acesso à informação, além da resistência em utilizar os métodos contraceptivos. Já a geração das quatro adultas mais novas – Maria do Sossego (38 anos), Maria dos Prazeres (32 anos), Maria das Dores (31 anos) e Maria da Paz (32 anos) –, e as jovens – Maria Esperança (28 anos) e Maria dos Anjos (24 anos) –, disseram fazer uso do método anticoncepcional para evitar ter muitos filhos, por este motivo, elas têm entre um e dois filhos. Maria Alice (25 anos) não tem filho por opção.

Maria de Lourdes (41 anos), dentre as mulheres agricultoras pesquisadas, é a exceção de sua geração. Apesar de pertencer a uma geração muito conservadora e castradora da sexualidade feminina, já teve quatro relacionamentos conjugais. Com seu traço individual, seu comportamento e sua prática cotidiana, “quebra” ou resiste ao *habitus*⁴ de gênero de toda uma história coletiva da sua família e das mulheres agricultoras aqui pesquisadas. Com relação às outras mulheres da pesquisa, tem-se a percepção que há uma reprodução de vida cotidiana trazida pelas avós e mães, nem sempre percebida, principalmente em relação ao fato de as mulheres assumirem os filhos, a casa e o trabalho na roça. O mesmo se pode dizer da ausência de diálogo entre mães e filhas sobre assuntos como orientação sexual e sobre o corpo. Maria José fala do comportamento e das tradições de “antigamente” com relação à sexualidade feminina e ao namoro impostos pelos seus pais:

– Era assim, os velhos de antigamente. Hoje em dia não é assim, não. E antigamente, era assim: se, Deus o livre, a gente desse um erro dentro de casa, os pais não queria a gente. [...] [Namorava] escondido com 13 anos [risos], namorar, não, conversar, porque antigamente a gente não namorava feito hoje em dia. Nós namorava escondidinho pra papai nem saber. Depois de 22 anos em diante, assim de 20 anos, esse mesmo foi o único namorado que eu levei em casa e ainda assim foi em casa pra pedir pra casar, que foi Manoel. Por que a gente tinha o maior medo de papai... Ave Maria! Quem quisesse que fosse. Ele

4 Compreendendo o conceito de *habitus* como: “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 65).

dizia: “se namorarem e engravidarem a gente vai ver!”. (Maria José, parda, 50 anos).

Maria das Dores continua falando sobre sua relação conjugal e como a dominação masculina oprime os desejos e os quereres das mulheres agricultoras que, em suas relações de gênero no cotidiano, ainda não conseguem confrontar a ordem de gênero patriarcal, então, aceitam e assumem o lugar de mulher dominada. Fala que só tinha relações sexuais quando o marido queria e sem o carinho de antes:

– Só quando ele queria porque depois que a vida da gente fica mais ou menos descontrolada, não tem aquela conversa mais, não tem aquele carinho, faltando carinho, faltando o respeito, aí vai levando. (Maria das Dores, preta, 31 anos).

Conclusão

As possíveis convergências e divergências encontradas nas histórias de vida dos sujeitos pesquisados foram construídas e modeladas dentro de padrões culturais e sociais, impondo-lhes formas de agir e pensar. Como a identidade de gênero vai sendo construída socialmente através da cultura, do comportamento dito de mulheres, dos símbolos que se materializam e são alimentados pela heteronormatividade e se institucionalizam e interagem entre si na família, no parentesco, no meio doméstico, no Estado, na educação e na religião.

Apesar de as mais jovens terem mais escolaridade, chegando a concluir o Ensino Médio, elas continuam vendo o casamento como a única alternativa na vida delas. O estudo não só ajuda a enfrentar o racismo, como se apresenta como um elemento fundamental para o empoderamento das mulheres agricultoras.

A sexualidade dessas mulheres está diretamente relacionada ao casamento e à reprodução. O casamento no meio rural ainda se apresenta como uma imposição, um preceito na vida destas mulheres agricultoras heterossexuais e, segundo elas, a falta de oportunidade era, e ainda é, o grande vilão para um casamento tão precoce.

Referências

ALVES, Andréa Moraes. Fronteiras da relação: gênero, geração e a construção de relações afetivas e sexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino americana*, n. 3, p. 10-32, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996a.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Emprego doméstico: revendo o novo. *Caderno CRH*, n. 16, p. 31-49, jan./jun. 1992. www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1330&article...

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, Santa Catarina, v. 7, n. 12, p. 171-188, 2002.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: _____. *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. p. 36- 64.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: RAMOS, Tânia Regina Oliveira et al. *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999.

TOLEDO, Angelita A. de; LISBOA, Teresa K. O sexo da pobreza brasileira. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, II. *Anais...* Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 18-19 ago. 2011.

<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Angelita%20e%20cia.pdf>.

“MARIAS” DO RURAL ALAGOANO: A [IN] VISIBILIDADE DO TRABALHO EM FACE DA OPRESSÃO PATRIARCAL

Jaqueline da Silva Lima
Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca
– Unidade Educacional Palmeira dos Índios
jaqueline_venccer@hotmail.com

Resumo: O presente artigo discutiu quem é a mulher do rural alagoano dentro do sistema capitalista, que é essencialmente desigual e solapador, com uma ideologia de dependência e submissão, como também pontuou a [in] visibilidade do trabalho das mulheres no rural alagoano. Este ainda pontuado na perspectiva de ajuda a seu companheiro ou a seus pais. Infelizmente, as “Marias” do rural alagoano, vivem uma carga de submissão e dependência, carga essa provinda de uma cultura patriarcal, sexista e coronelista ainda existente no rural das Alagoas. Logo, refletir sobre as mulheres do rural alagoano, é voltar o olhar para conceitos construídos social e historicamente, os quais estão imbricados nos ditames do sistema capitalista.

Palavras-chave: Mulher, Rural, Patriarcado, Trabalho, [In] visibilidade.

Introdução

Os fatores que determinaram a aproximação do tema partiram das observações sistemáticas da realidade, visto que a experiência de viver neste espaço rural contribuiu para as primeiras indagações ainda imaturas sobre o tema em questão. Assim, foi no decorrer da graduação, com participação no grupo de estudo GERGC¹ e com o conhecimento das linhas de pesquisas que envolvia a discursão de gênero e patriarcado, que o objeto foi se delimitando a chegar às relações de trabalho da mulher no rural alagoano e sua [in] visibilidade decorrente das relações patriarcais na divisão sexual do trabalho.

Assim, a partir dos determinantes históricos do rural alagoano e das relações que perpassa também esse processo histórico-cultural, se indaga como o trabalho das mulheres do rural alagoano, em plena segunda década do século XXI, ainda se constitui dentro do âmbito familiar na perspectiva de “ajuda” ao esposo/pai, configurando assim sua [in] visibilidade diante das relações trabalhistas. Isso se constitui devido uma cultura patriarcal imbricada no modelo capitalista de organização social que submete as mulheres a uma cultura socialmente construída. Caracterizando assim, que a [in] visibilidade do trabalho das “Marias” no rural alagoano decorre de uma cultura do mandonismo, baseada no sistema patriarcal e coronelista decorrente do desenvolvimento do capital nas terras brasileiras e alagoanas. Os quais são imbricados na realidade do rural alagoano e de suas relações familiares, analisadas a partir dos determinantes históricos desta cultura, desde zona da mata, litoral e semiárido, identificando quem é a mulher que vive no rural alagoano, e qual a sua situação a respeito do sistema capitalista e os arranjos que este impõe para elas se manterem no lugar imposto, determinado pelas relações sociais de gênero e patriarcado.

No entanto, a exploração que esta vivencia, tanto no ambiente doméstico, sendo não a “do lar”, mas a “escrava doméstica”, como no trabalho rural, como a “ajudante” de seu esposo, é que se conjuga a dupla jornada de trabalho (com uma característica diferenciada das trabalhadoras urbanas, sem remuneração) e a sua [in] visibilidade como trabalhadora que contribui para a reprodução do capital. Pois a renda da família permanece ainda em pleno século XXI, nas mãos do “chefe da família” – o homem da casa. Assim sendo, a mulher do rural

1 Grupo de Estudos Relações de Gênero e de Classe, coordenado pela professora Ms. Marli de Araujo Santos do curso de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, campus de Arapiraca/Unidade de ensino de Palmeira dos Índios. Participação entre junho de 2013 à maio de 2014.

alagoano mesmo com mudanças de comportamento (algumas trabalhando e resistindo a ordem pré-estabelecida) ainda convivem com a dominação da forte cultura patriarcal.

Em suma, os resultados e discursões desse estudo, seguem uma ordem de reflexão das categorias teóricas a começar pela caracterização do patriarcado e das relações de gêneros dentro da sociedade capitalista. Trazendo depois a reflexão do rural, do ambiente rural do Estado de Alagoas, seus diversos rurais, como também se volta o olhar para os sujeitos femininos ali presentes, sua realidade a partir do mandonismo e da cultura machista, da mulher “ser sempre frágil”. É nesse contexto, que as diversas “Marias” se articulam e se diferem de um rural para outro, vendo que existem diferentes rurais nesse território. Por fim, os resultados e discursões são finalizados com uma reflexão sobre o processo de [in] visibilidade, que o trabalho das “Marias” sofre em face da opressão, que as relações patriarcais, em meio às artimanhas do capitalismo, desdobram sobre elas. Fazendo assim, uma reflexão do que esta posto no rural alagoano desde singularidade até uma quiçá universalidade.

Metodologia

A metodologia que foi utilizada consistiu em observações empíricas e pesquisa bibliográfica, fundamentada numa perspectiva histórico-crítica, tendo por referencial a teoria marxiana e marxista, que permite compreender as múltiplas determinações que constituem a realidade social e sua dinamicidade. Ou seja, segundo Cassab (2007), o materialismo histórico dialético prioriza a dinâmica das relações entre sujeitos e objeto de estudo no processo de conhecimento. Valoriza os vínculos do agir com a vida social dos seres humanos e desvela as oposições contraditórias presentes entre o todo e as partes, reconhecendo a realidade como complexam heterogênea e contraditória, nas diversas facetas e peculiaridades que a compõem.

Resultados e discussão

O patriarcado é um regime social historicamente construído, como mostra Engels:

A evolução da família nos tempos pré-históricos [...] consiste numa redução constante do círculo conjugal entre os sexos, círculo que

originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, até das pessoas vinculadas apenas por alianças, torna impossível na prática qualquer matrimônio por grupos; como último capítulo, não fica senão o casal, unido por vínculos ainda frágeis – essa molécula com cuja dissociação acaba o matrimônio em geral. Isso prova a quão pouco tem a ver a origem da monogamia com o amor sexual individual, na atual acepção da palavra. (ENGELS, 1975, p.49).

Assim, o patriarcado é uma construção social, estabelecida através dos interesses dos homens em garantir seu patrimônio, decorrente dos fatores de reconhecimento da participação do homem na reprodução, estabelecimento da propriedade privada, o controle do corpo e da sexualidade das mulheres e a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, que as relações passaram a ser predominantemente “monogâmicas” - às mulheres – a fim de garantir herança aos filhos legítimos, deixando inviolável o espaço privado. Instaurando assim o patriarcado, na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres, esta sendo apenas coadjuvante e “escrava doméstica” e aquele protagonista com maior valorização para suas atividades. Não só um controle de pai aos filhos e as mulheres, mais como bem afirma Scott,

[...] não se restringe ao poder do pai, mas o poder masculino, enquanto categoria social [...] apontam dois princípios básicos que regem o patriarcado: as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens, e os mais jovens aos homens mais velhos. (SCOTT, 1995, [s./p.]).

Mostrando que o patriarcado não rege somente uma dominação sobre as mulheres, mas um postulado culturalmente disseminado no âmbito das relações sociais cotidianas independentes de gênero, etnia ou classe. Ressaltando assim, que o conceito de patriarcado colocado por Weber possui delimitações claras a cerca da dominação assegurada pela cultura patriarcal, ou seja, “dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas” (WEBER, 2000, p.18), pois é na autoridade doméstica e familiar que se baseia o patriarcado e determina a divisão sexual

que Weber (2000) a caracteriza como “normal”, dessa forma o patriarcado se legitima com a “normalidade” e “naturalidade” desta divisão e desta autoridade. Como bem coloca Durkheim (1999, p. 29): “[...] Dir-se-ia que um dos sexos açambarcou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais”, ou seja, a mulher ficou no ambiente afetivo, da casa, do privado e o homem no ambiente intelectual, da sociedade, do público.

Na contemporaneidade, fala-se num patriarcado moderno, porém vale ressaltar que o patriarcado mesmo sendo anterior ao advento do capitalismo, ganha força a partir deste com a articulação na modernidade na relação de produzir e reproduzir a vida a partir de relações de dominação e expropriação em especial dos corpos e autonomia das mulheres, logo, se percebe que por ser um regime social historicamente construído ele sofreu modificações, mas continuou com as mesmas bases que lhes sustenta. Hoje, o exercício de chefe de família pode ser exercido por uma mulher, no entanto não quer dizer que esta mulher não irá seguir os padrões da cultura patriarcal impregnada em sua história. Assim, existem novos arranjos para o patriarcado, nova forma de reproduzi-lo, mas não em modifica-lo, pois falar em patriarcado significa referir-se obrigatoriamente a uma forma de dominação reconhecida pela desigualdade entre gênero embutida no sistema capitalista, “responsável pela constituição ideológica dos gêneros, seus estereótipos e papéis sociais” (LIMA; MAGALHÃES, 2011, [s./p.]).

Como explica Scott:

[...] a construção social dos sexos é materializada, fundamentalmente, por intermédio de relações constituídas por quatro elementos inter-relacionados: os símbolos culturais; os conceitos normativos; a organização social representada pelas instituições e a identidade subjetiva que se refere à interiorização das ideologias dominantes pelos indivíduos em relação aos seus papéis a serem desempenhados em sociedade. (SCOTT, 1995, [s./p.], grifo nosso).

Logo, segundo Scott, o ser humano nasce macho ou fêmea, e em sociedade, desde cedo, começam a aprender e se identificar com o que ela impõe o ser feminino e o ser masculino, pois gênero é uma construção social que transforma os bebês machos e fêmeas em meninos e meninas. E cabe ao capitalismo ditar as regras desse jogo das relações de gênero, geridas no patriarcado, da forma que melhor lhes convém, parafraseando Marx: a ideologia da classe

dominante serve para manter os seus interesses sobre a classe dominada, e para o capitalismo, a mulher sob os ditames da dominação e submissão é lucrativo.

No Brasil o patriarcado não encontrou limites nem resistência para se desenvolver:

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala (FREYRE, 2003, p. 44).

Fortificado por essa cultura que ainda perpassa os dias atuais do coronelismo, do latifúndio, da cultura do “povo passivo e ordeiro”, os ditames do patriarcado é bastante relevante nas terras brasileiras, principalmente no ambiente rural das Alagoas, que exala uma moralidade religiosa, a qual a mulher tem por obrigação ser submissa a seu marido, no entanto mesmo dentro dessa conjuntura de dominação, submissão e controle da classe feminina, vale ressaltar que se por um lado, o patriarcado coloca, ao longo da história, em mãos masculinas o poder, por outro, encontra o seu antagonismo na resistência das mulheres feministas, ou reconhecedoras de seus direitos, que lutam e resistem a essa cultura.

Dessa forma, segundo os autores citados, o estudo sobre o patriarcado nos permite apreender como foram construídas e estabelecidas as relações de poder, a partir de um dado momento histórico, e de como este sistema vem se perpetuando ao longo do tempo. As relações de poder em que se prioriza o masculino, em detrimento do feminino, são responsáveis pela condição de opressão das mulheres nos dias atuais.

Dentro desse contexto, o rural possui uma estrutura social extremamente desigual e fundamentada na violência e na exploração da força de trabalho, a qual estabelece como relação social a produção e reprodução da dominação coronelista, observada amplamente nas eleições municipais, pelo ainda dominante “voto de cabresto” ou de “favor”. Uma realidade observada desde o início da ocupação territorial alagoana que ainda perpetua em suas terras. Como afirma Lusa: “a formação social alagoana, como também a brasileira, foi escrita em função dos interesses da classe dominante” (LUSA, 2012b, passim.), ou seja, é a classe dominante do latifúndio e da pecuária que dita o cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores alagoanos. Dessa forma, as características do rural contemporâneo em Alagoas são:

[...] a grande propriedade; a monocultura; da violência nas relações sociais e políticas, as desigualdades de classe, os conflitos e lutas de classe e a marginalidade conferida à agricultura de subsistência. (LUSA, 2012b, p. 111).

As três regiões alagoanas (zona da mata, litoral e semiárido) o que vem diferir é o modelo de produção, que no litoral e zona da mata predomina a monocultura da cana-de-açúcar e no semiárido é uma maior diversificação da produção agrícola, da criação de gado e a produção familiar, que por sua vez constitui um retrato da realidade “agrestina”² e sertaneja que se diversifica da litorânea e zona da mata, pelo fato da menor existência do latifúndio naquela região, pois no semiárido a população possui algum “pedacinho de terra” onde plantam para seu próprio consumo, mesmo não cobrindo totalmente suas despesas, mas pelo menos existe uma “relativa” autonomia em relação à população submissa ao reinado latifundiário. Logo, os diversos rurais alagoanos se diferenciam e ao mesmo tempo se configuram no mesmo patamar da desigualdade social e submissão à classe dominante.

No território alagoano as mulheres da zona da mata e litoral, possuem características parecidas, pois estão dentro do mesmo contexto social da monocultura da cana-de-açúcar, vivendo para a reprodução do trabalho e do futuro trabalhador, como ressalta as pesquisadoras Lima e Magalhães (2011), que estas mulheres vivem para o marido, a vida deles, seus horários e suas vontades, acordam às quatro horas da manhã para deixar o café da manhã e o almoço pronto, pois estes passam o dia no corte da cana-de-açúcar, no entanto estas mulheres, não possuem somente esse trabalho do cozinhar, ainda cuidam dos filhos, da casa, da horta, lembrando que sem nenhuma remuneração, pois ainda esse trabalho não é considerado produtivo para o capital, mas reprodutivo. Assim sendo, esta mulher da zona da mata ou litoral busca trabalhos que venham complementares sua renda, ou melhor, que lhe dê alguma renda, volta-se dessa forma para trabalhos artesanais, passam também a serem vendedoras autônomas, tentando obter um ganho em espécie mínimo possível.

As mulheres do semiárido, subdivididas entre o agreste e sertão, possuem algumas características diferentes, porém dentro do contexto do mandonismo e submissão vivem a opressão e naturalização de que a mulher é biologicamente mais frágil. No rural do agreste predomina a produção agrícola, possuindo

2 Denominação as mulheres que residem no agreste alagoano.

destaque para o cultivo da mandioca e posteriormente a produção de farinha, é nesse ambiente que a divisão social e sexual do trabalho feminino em razão do masculino se evidencia, pois aos homens cabe o trabalho com as máquinas e o transporte da mandioca e as mulheres o trabalho manual de raspagem da mandioca, deixando claras as relações sociais de gênero que perpassam o ambiente das casas de farinhas no agreste alagoano. Essas mulheres possuem uma renda mínima decorrente das raspagens da mandioca, porém recebem por produção o que as levam a chegarem bem cedo ao trabalho nas casas de farinhas e largarem mais tarde, o que equivale, durante o período da produção de farinha, uma maior carga de trabalho visto que essas mulheres possuem outra jornada de trabalho, a doméstica, e que seus lares, seus esposos e filhos necessitam de seu “amor fraternal”. No agreste existem outras formas de trabalho agrícola como cultivo de frutas, verduras, a criação de animais de pequeno porte, colocando também essas mulheres “agrestinas” no mesmo patamar de dupla jornada de trabalho e de servidão doméstica. Embora o rural “agrestino” possua uma diversificação na produção, a relação de patriarcado e cultura coronelista esta embutida na realidade destas mulheres dependentes de seus “responsáveis” – maridos/pais – pois suas atividades de produção não cobrem suas despesas.

No sertão alagoano a carga de submissão e opressão ainda é maior, há varias “Marias” que lutam contra a estiagem e contra o rústico esposo, que não reconhece o esforço delas que fazem de tudo, cuidam do roçado, dos poucos animais, fazem o serviço de abastecimento de água, pois a escassez de água no sertão demanda muito trabalho para garantir o consumo humano e animal, e se agrava nos longos períodos de estiagem, porque é de responsabilidade da mulher a casa estar em ordem. Não é uma cena incomum no sertão alagoano, como também não é incomum a cena da migração ainda decorrente da estiagem. As mulheres sertanejas ainda vivem em um rural de cultura arcaica com roupagem de moderno, no entanto dentro das relações familiares a forte cultura do pai provedor e responsável pela ordem e palavra final ainda permanece. Logo, a realidade dessas sertanejas como suas perspectivas para mudança em seu território de origem são poucas, devido à negligência dos poderes públicos em não investirem para a mudança do sertão, como políticas públicas e projetos voltados para a modificação dessa realidade, tanto da realidade da forte migração, como para uma relativa independência das mulheres.

Percorrendo o rural a começar por sinhá Vitória de Graciliano Ramos, representante firme da mulher do rural sertanejo do século XX, caminhar-se-á pelo contexto histórico-social e perceberá que a conjuntura política e social modificou em alguns pontos a realidade da mulher no rural alagoano, mas a

estrutura de opressão e subordinação embutida na cultura patriarcal está ainda evidente na atualidade e as várias sinhás Vitórias, as “Marias” dos vários rurais das alagoas trazem dentro de si, de suas realidades marcas da dor da estiagem da visibilidade e do reconhecimento, cobertos pela submissão e opressão, como colocou Graciliano “e se não fosse o *respeito* que Fabiano lhe inspirava, teriam despropositado” (RAMOS, 2012, p. 41), ou seja, se não fosse essa cultura de respeitar o “senhor marido” a mulher (sinhá Vitória) teria lhe respondido, contrariado. Esse respeito é embutido e perpassado até hoje pela cultura patriarcal no cotidiano das mulheres alagoanas, principalmente das trabalhadoras rurais que vivenciam uma maior divisão sexual do trabalho.

Assim, no rural, a mulher desempenha várias tarefas, seja no âmbito doméstico ou no campo, cumprindo uma dupla jornada de trabalho, em companhia do esposo ou na ausência dele, porém, algumas tarefas realizadas pelas mulheres são distintas das tarefas realizadas pelo homem, desta forma na agricultura observa-se uma hierarquia na divisão do trabalho.

Nessa relação de opressão a que são submetidas às mulheres, estas acabam por esquecer-se de si, segundo Lima e Magalhães (2011), passam a viver em função da casa, dos filhos e do marido, incorporando, pela educação formal e informal que receberam do padrão patriarcal e machista, chegando a socializá-lo com as pessoas do convívio familiar e comunitário, especialmente as crianças.

Como afirma Scott (1995), meninos e meninas são ensinados e educados de acordo com seus distintos papéis e lugar ocupado pelo culturalmente aceito para homens e mulheres na sociedade. O rural catarinense e o alagoano não se diferem em nada do que afirmara Scott (1995). Os pais são responsáveis em transmitir esses conhecimentos, primeiro, no grupo familiar, e posterior pelas instituições sociais nas quais estão inseridos, seguindo sempre os padrões estipulados e alimentados pelo sistema capitalista. No rural, os meninos aprendem desde cedo as tarefas com o pai no trato da roça e da lida com os animais, como também aquelas realizadas fora da propriedade, como comercialização de produtos agrícolas, enquanto as meninas aprendem desde cedo os afazeres domésticos com a mãe e a “ajuda” nos trabalhos pontuados como “leves”.

Sua identidade é construída com foco na constituição de família, procriação de filhos, obediência ao marido, cuidado no lar e ‘ajuda’ ao companheiro na roça. Ajuda, de acordo com Neves e Medeiros (2013), no sentido próprio, pois a reprodução – considerada no sentido da reprodução social – é confundida com a produção e o trabalho com o emprego. Como o trabalho realizado

pela mulher não tem valor de troca, este é [in] visibilizado e desvalorizado para o capital.

Em muitos casos, a mulher trabalha em igualdade com o marido, participa do plantio, da colheita, enfim, das etapas de produção, mas na hora de decidir como plantar, onde plantar, e o que plantar, a decisão é a do marido, como também não tem participação dos lucros e sempre tem que recorrer ao marido em busca do dinheiro, ou dos produtos que necessita para a subsistência da família.

Vale ressaltar que existia e ainda existem situações em que as terras, a casa e os bens que a família possui estão registrados no nome do companheiro\esposo, como também, as notas fiscais de compra, inscrição no sindicato dos trabalhadores rurais, empréstimos realizados, sempre é o nome do homem que está ali nos documentos mencionados. Nessas situações a mulher fica a margem, reafirmando a herança do patriarcado na sociedade capitalista do rural alagoano.

As diversas formas de opressão culturalmente alimentadas pelo patriarcado vão ser alteradas, porém, como expõe Lusa (2012a), não superadas quando há o reconhecimento da mulher como agricultora e esta passa a ter qualidade de segurada especial\rural para a previdência social, não só pela política social, mas para a sociedade e na sua casa, o que vai possibilitar uma autonomia para a mulher camponesa. Porém, isso tudo não se desenha tão fácil e nem houve uma trajetória linear na conquista do direito previdenciário das agricultoras.

Quando há alterações na ordem patriarcal preestabelecida culturalmente, as mulheres são tratadas com certa surpresa, pois, ali se encontra uma mulher que foge dos padrões de normalidade cultivados na sociedade em prol de modelo de família orientada pelo patriarcado. Mesmo quando chefiam a família, ainda não são reconhecidas com o devido respeito, pois, a presença exigida e respeitada em uma família é a do homem, como chefe e mediador entre a esfera pública e privada.

Considerações finais

“O latifúndio, a monocultura, a escravidão, a violência, as relações de compadrio, as desigualdades sociais crescentes se tornaram marcas indelévels na conformação atual da sociedade e Estado alagoanos”. (LUSA, 2013, [s./p.]). Como também essas características são marcas das relações sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho, que perpassa o rural alagoano através da submissão, do mando, da divisão social do trabalho e das formas de preconceito.

A mulher do rural alagoano possui um papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família. E de modo geral, este papel se superpõe ao seu trabalho na atividade rural – principalmente na horta e no quintal – encobrendo a verdadeira natureza da sua ocupação, é nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da mulher no rural alagoano, reproduz a [in] visibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino. Esta mulher vive dupla ou até tripla jornada, com um fator importante a ser destacado que difere da mulher urbana, que é a não remuneração nessas atividades agrícolas, na maioria das vezes, a mulher rural não possui carteira assinada, certo que ela algumas vezes não necessita cumprir um horário pré-estabelecido por seu padrão, no entanto não possui salário no final do mês nem a relativa autonomia que este confere as mulheres urbanas, a mulher do rural vive duplamente dependente ao seu “responsável” (pai/esposo).

Nesse contexto, as relações de dominação e subordinação, tal como a violência, a desigualdade, a [in] visibilidade do trabalho da mulher são elementos do patriarcado, incorporados pelo capitalismo. No rural alagoano faz parte da unidade familiar o homem, a mulher e os filhos (quando houver). Dentro dessa explanação de divisão sexual do trabalho, a mulher fica no âmbito privado e o homem no âmbito do setor público junto a suas tarefas de mando e controle sobre a casa, família, propriedade. Também vale ressaltar que o homem estando no controle de tudo ao seu redor, também manipula o que se planta, quando se planta e o que se planta, estabelecendo uma hierarquia. E a mulher por mais que trabalhe na perspectiva de “ajuda” não é reconhecida e nem recebe nenhuma remuneração em espécie.

A mulher na agricultura camponesa do rural alagoano, em plena segunda década do século XXI, realiza as tarefas domésticas e o trabalho na roça, porém ainda é denominado como “ajuda” ou auxílio no processo de trabalho dentre outras nomenclaturas. Isso ocorre por ser classificado o trabalho da mulher como produtor de valor de uso e não de valor de troca, atribuindo menos importância às funções por ela realizadas, resultando no não reconhecimento da atividade laboral da mulher no processo de produção. No entanto, as mulheres trabalham em igualdade no dispêndio de força física para com seus companheiros em suas terras ou em terras arrendadas ou ainda como meeiros e mesmo assim não são contempladas e assistidas com os mesmos direitos trabalhistas do cônjuge.

Por fim, a divisão sexual do trabalho e as relações de patriarcado e de gênero estão embutidas desde o litoral, zona da mata até o semiárido das alagoas, sendo fortificadas pela cultura do coronelismo muito presente no cotidiano

do Estado, no entanto não pode deixar de pontuar que no rural não só existe submissão e opressão, existe mesmo que dentro de espinhos as lutadoras por um novo horizonte, onde a igualdade entre homens e mulheres, o respeito deles para com elas seja primordial. Sintetizando, é “uma contra hegemonia ao capitalismo, ao produzirem consciência crítica e política da classe trabalhadora, emancipando-a politicamente, mobilizando-a e incentivando-a a luta para, quiçá, chegar à transformação societária”. (LUSA, 2013a, [s./p.]).

Referências

ALBUQUERQUE, C. F.; CANIELLO, M. de M. Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do semiárido. In: **Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2015.

ALBUQUERQUE, C. F. Migração camponesa: *dominação e resistência ao capital*. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atuação das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação**, 4. Maranhã, 2013. Maranhão, 2013a.

ALBUQUERQUE, C. F. de. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In: **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013b.

ALBUQUERQUE, C. F. de. **Cana, casa e poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.

BARBOSA, M. A. C.; MATOS, F. R. N.; SANTOS, A. P. F.; ALMEIDA, A. M. B. **Mulheres e Patriarcado**: Dependência e Submissão nas Casas de Farinha do Agreste Alagoano. Disponível em: < [http:// www.scielo.org / mulheres-e-patriarcado-dependencia-e-submissao-nas-casas-de-farinha-do-agreste-alagoano](http://www.scielo.org/mulheres-e-patriarcado-dependencia-e-submissao-nas-casas-de-farinha-do-agreste-alagoano)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CARVALHO, C. P. de. **Formação histórica de Alagoas**. 3º ed ver e ampl. Maceió: EDUFAL, 2015.

DUARTE, K. L.; LUSA, M. G. Proteção social básica e ruralidades no semiárido alagoano. In: **Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2015.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

LIMA, G.; MAGALHÃES, B. “Eu comprei uma bandeja... levo o café dele na cama...”: A relação entre afetividade e servidão doméstica. 2011. **IHU On-Line**. Disponível em: < <http://www.scielo.org/eu-comprei-uma-bandeja-levo-o-café-dele-na-cama-a-relação-entre-afetividade-e-servidão-domestica>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LUSA, M. G. Políticas Públicas no Semiárido Alagoano e a Resistência Quilombola e Camponesa Frente à Exploração Capitalista. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**: o desenvolvimento da crise capitalista e a atuação das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, 4. Maranha, 2013. Maranhão, 2013a.

LUSA, M. G. O rural no semiárido e a transformação sócio histórica de Alagoas. In: **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013b.

LUSA, M. G. **Lutas Sociais no campo e políticas públicas**: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió: EDUFAL, 2012a.

LUSA, M. G. **A (in) visibilidade do Brasil rural no Serviço Social**: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. 2012. 400 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012b.

MARX, K. O capital. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996.

NEVES, D. P.; MEDEIROS L. S. de (Orgs. Mulheres **Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. 118º ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995, p.71-99.

TOLEDO, C. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

O CAMPESINATO SEGUNDO OS PERIÓDICOS FEMINISTAS BRASILEIROS

Julia Gabriela Santos Bertoldo Nascimento
Faculdade dos Guararapes
juliagabriela.psi@gmail.com

Vanessa Souza Eletherio de Oliveira.
Universidade Federal de Pernambuco.
vanessaeletherio@gmail.com

Resumo: Este artigo consiste em um mapeamento acadêmico de publicações feministas sobre campesinato e tem como objetivo identificar o que é discutido sobre o tema.. Está inserido num projeto maior intitulado: A invenção da Saudade frente à morte: um horizonte para Psicologia Social. Assim, tal investigação se deu a partir da busca em dois periódicos brasileiros de estudos feministas: Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu disponíveis na plataforma *online* do *Scielo*. O delineamento da pesquisa foi composto por três etapas básicas: 1) leitura de todos os resumos encontrados; 2) sistematização de informações básicas de autoria, ano de publicação e filiação institucional; 3) identificação dos objetivos, conceitos e teorias e os métodos. Os descritores utilizados foram: “Campesinato”; “Camponesa”, “Camponês”; “Ruralidades”; “Rural”; “Agricultora”; “Agricultor” e “Sertão”. Foram encontradas 13 publicações, sendo 10 artigos na Revista de Estudos Feministas e 03 artigos nos Cadernos Pagu, no período compreendido entre 2001 e 2015. Apesar dos periódicos serem do Sul do Brasil, pesquisadores situados em diferentes regiões do país, inclusive no exterior, elaboraram os artigos pesquisados, sendo 04 do Nordeste, 02 do Sudeste, 06 do Sul e 02 do exterior do país sendo da Argentina, Estados Unidos. E possuem diferentes áreas de conhecimento, distribuindo-se em: 03 artigos de Antropologia; 01 de Economia; 01 de Filosofia; 01 de Geociências; 01 de História; 02 de Psicologia; 04 de Sociologia. Por fim, parece que o debate permite a interlocução com outros saberes e atores políticos, embora se trate de um fenômeno relativamente recente, a partir dos anos 2000 até 2015.

Palavras-chave: Campesinato. Periódicos Feministas. Produção Científica.

Introdução

Este artigo se situa no campo da Psicologia Social e compõe a pesquisa de Iniciação Científica e de Doutorado, das referidas autoras, Júlia Nascimento e Vanessa Oliveira, respectivamente. Considerando que este mapeamento de produções faz parte do projeto de pesquisa “A invenção da Saudade frente à morte: um horizonte para Psicologia Social”, é necessário ressaltar sua relevância ao considerar o debate feminista no âmbito da academia para pensar o campesinato no Brasil¹.

Assim, tivemos como objetivo central compreender o que se discute sobre campesinato em produções feministas científicas, ressaltando as diferentes vozes no que se refere à autoria, filiação institucional e período de publicação.

Para tanto, a Revista Estudos Feministas (REF) e a Cadernos Pagu foram escolhidas como fonte de pesquisa por serem os periódicos feministas de maior alcance de debate nacional (OLIVEIRA, CORDEIRO, 2012)².

Já o termo ‘campesinato’ foi escolhido estrategicamente por se referir, segundo Maria de Nazareth Wanderley (2009), consagrada socióloga brasileira, como uma forma específica de luta política por acesso à terra e por formas específicas de sociabilidades. Desse modo, este argumento permite-nos delinear o campesinato como uma particularidade da agricultura familiar no que diz respeito aos “objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (p. 03).

Nesse sentido, nossa proposta de pesquisa permitirá uma guisa analítica sobre como o campo está sendo pensado pelas produções feministas, considerando não só as lutas de acesso à terra, como também os diferentes meandros que balizam as sociabilidades camponesas.

1 Tal pesquisa tem como objetivo geral perscrutar a construção sócio-histórica da saudade, mais especificamente no Sertão de Pernambuco, considerando suas raízes filológicas ibéricas e as questões de território, gênero e raça.

2 A REF foi criada em 1992 e todos os volumes estão disponíveis no scielo e no site do Instituto de Estudos de Gênero. (disponível em: http://www.ieg.ufsc.br/revista_detalhe.php?id=3). O Caderno Pagu foi criado em 1993 e estão disponíveis no scielo 22 números de um total de 38 publicado. Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/node/39>.)

Metodologia

O mapeamento foi realizado nos periódicos feministas Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu, através de pesquisa *online* pela plataforma do *Scielo*. Foram pesquisados os descritores: “Campesinato”; “Camponesa”, “Camponês”; “Ruralidades”; “Rural”; “Agricultora”; “Agricultor”; “Sertão”. O método utilizado compreendeu três etapas básicas: I) leitura de todos os resumos; II) organização de informações básicas de autoria, ano de publicação, filiação institucional; III) identificação dos objetivos, conceitos e teorias e os métodos.

Resultados

Foram encontradas 13 publicações, sendo 10 artigos da Revista de Estudos Feministas e 03 artigos nos Cadernos Pagu, com período de publicação de 2001 até 2015.

Vale ressaltar que não foram encontrados trabalhos a partir dos descritores: “Agricultor”; “Agricultora”; “Campesinato”; “Camponês”; “Camponeses”. Conforme a Figura 1, apenas 06 descritores foram encontrados, destes, 45,5% dos artigos encontrados foram com o descritor “Sertão”, 27,3% de “Rural”, 18,2% de “Ruralidades”, 18,2% de “Agricultoras”, 9,9% de “Camponesas” e 9,9% de “Agricultores”.

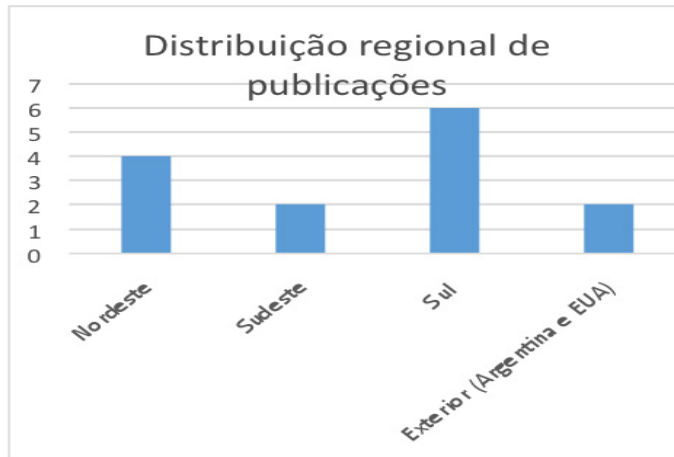
Figura 1: quantidade de publicações por descritores.



Apesar dos periódicos serem do Sul do Brasil, pesquisadores de diferentes regiões do país inclusive do exterior elaboraram os artigos pesquisados, é

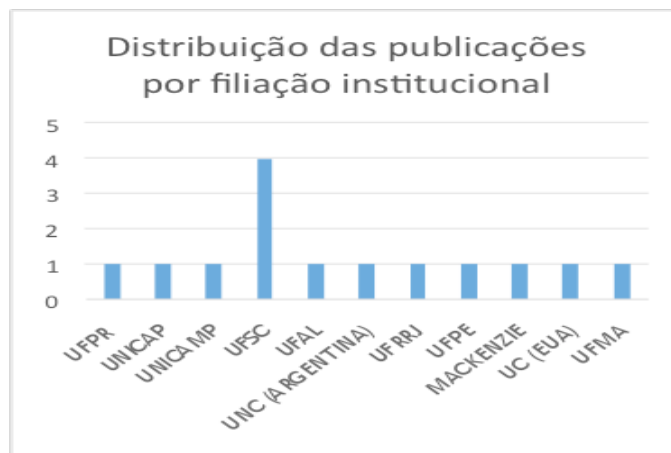
possível visualizar na Figura 2 a distribuição regional das publicações: 36,3% do Nordeste, 18,2% do Sudeste, 54,5% do Sul e 18,2% do exterior do país (Argentina e Estados Unidos).

Figura 2: distribuição regional das publicações



No que se refere à quantidade de publicações por filiação institucional, é possível perceber na Figura 3 uma concentração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 28,6% das publicações e as outras 10 instituições com 7,1% cada.

Figura 3: distribuição das publicações por filiação institucional



Quanto aos períodos das publicações é possível perceber na Figura 4 que já em 2001, ano em que foi da primeira publicação sobre o tema, houve 27%

das publicações, em seguida houve uma diminuição significativa na quantidade destas publicações, voltando a ter índices consideráveis em 2004 com 9,9%, 2007 com 27% e em 2010 com 18,2%. Vale ressaltar que em um dos artigos analisados, os dois autores possuem filiação institucional distintas: UFSC e UFAL.

Figura 4: publicações por ano



Os artigos foram elaborados diante de diferentes áreas de conhecimento, conforme é possível visualizar na Figura 5, maior parte deles foi produzido no campo da Sociologia com 31%, em seguida da Antropologia com 23%, Psicologia com 15%, Filosofia com 8%, Geociências com 8%, História com 8% e Economia com 7%.

Figura 5: publicações por área de conhecimento



Discussão:

As produções com o descritor “Ruralidades” apresentam 2 temáticas distintas, sendo estas: “A cultura campeira e reflexões sobre gênero e identidades entre jovens participantes do Sul do Brasil, a relação com a visibilidade da internet através as redes sociais”, dos autores Miriam Adelman, César Bueno Franco e Andressa Fontana Pires, 2015. E também em relação ao papel da mulher agricultora nos novos processos produtivos em curso voltados a atualizar o lugar do rural nas sociedades contemporâneas, a partir do sistema de produção da agricultura orgânica, “A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades”, de autoria de Karen Follador Karam (2004).

As produções com o descritor “Rural” discutem sobre a decisiva participação das mulheres na definição e propostas de políticas públicas que garantam a equidade de gênero no meio rural conforme Teresa Kleba Lisboa e Mailiz Garibotti Lusa, 2010. Sobre o papel secundário e marginalizado da mulher como “esposa do produtor” de Eugenia Perona, 2010. E também sobre os limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres, articulam-se os temas lutas de gênero e subjetividades das autoras Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Mara Coelho De Souza Lago e Cristina Scheibe Wolff, 2014.

A discussão levantada por produções científicas com o descritor “Agricultores” refere-se a “Herança e gênero entre agricultores familiares” e os distintos papéis reservados ao homem e à mulher na dinâmica de reprodução social, de Maria Jose Carneiro, 2001.

Com o descritor “Camponesas” foi encontrado um artigo que aborda sobre mulheres camponesas, autodenominadas e conhecidas de quebradeiras de coco babaçu, acerca de conflitos em que estiveram e se encontram envolvidas, elas e suas famílias, no Maranhão, cujo autoria é de Maristela De Paula Andrade, 2007.

Conforme as fontes de pesquisa, há um a concentração de publicações pelo descritor “Sertão”. A discussão acadêmica com este descritor : as representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX, com ênfase no papel das mulheres na sociedade e em particular no meio científico, de Graciela De Souza Oliver, Silvia F. De M. Figueirôa, 2007.

Outro tema abordado com esse descritor é a diversidade do debate feminista sobre gênero e poder no Brasil, nos anos 90, considerando os relatos sobre rota de ideias viajantes, partindo da tese de que tais viagens fazem parte

de uma mais ampla circulação, que envolve certo tipo de globalização, com autoria de Mary Garcia Castro, 2001. Também foi realizada uma análise de um personagem de Guimarães Rosa: Diadorim, a autora Marcia Tiburi afirma que a donzela guerreira, é símbolo de uma forte renúncia, que pode-se afirmar feminista, aquela que se faz na negação do feminino para viver na liberdade do além-do-sexo. Conforme o artigo “Feminismo Transnacional: Re-Lendo Joan Scott no Sertão”, segundo Mille Thayer, é no campo com o movimento de mulheres rurais brasileiras, que através da globalização elas se apropriam dos discursos feministas transnacionais e os transformam.

No artigo “Vida de Agricultoras e Histórias de Documentos no Sertão Central de Pernambuco”, de Rosineide Cordeiro, há uma intercessão de 2 descritores pesquisados: “Agricultoras” e “Sertão”. Este trabalho aborda as dificuldades e estratégias que as mulheres utilizam para cumprirem as exigências legais de comprovação de trabalho na agricultura familiar através de documentos cíveis e profissionais.

Por fim, sobre como descritor “Agricultoras” se discute também sobre o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) e a voz de liderança de D. Adélia Schmitz.

Conclusões

Finalizar um estudo que visou mapear as produções feministas e acadêmicas sobre campesinato é dizer de um trabalho árduo e necessário. Com este esforço de investigação, foi possível identificar as diferentes vozes que falam sobre o tema, os diferentes vínculos institucionais, as regiões do Brasil e do Exterior que tem produzido sobre o campesinato, o fluxo temporal sobre a quantidade das publicações e as áreas de conhecimento dessas produções científicas.

Com temas distintos, os artigos abordam assuntos relacionados ao trabalho, ao considerar a questão da mulher rural enquanto produtora diante de novos processos produtivos a partir do sistema de produção da agricultura orgânica (KARAM, 2004). Desse modo, refletir teoricamente e politicamente sobre as influências da globalização e modernização do campo é dizer não só da preocupação com as novas formas de produção, como também das modificações sobre as formas de sociabilidades camponesas.

Por fim, foi possível verificar a amplitude dos temas e das áreas de conhecimento das produções feministas que discutem sobre campesinato. Isto não só

amplia o campo de conhecimento, mas também enriquece o debate feminista provocando novas perspectivas a serem discutidas.

Referências

DEERE, C.D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.12, no.1, p.175204,2004.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.9, no.1, p.2255, 2001.

CORDEIRO, R. L. M. Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.15, no.2, p.453 460, 2007.

CASTRO, M. G.. Gênero e poder: leituras transculturais quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. **Cad. Pagu**, Campinas, no.16, p.4977, 2001.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.12, no.1, p.303320, 2004.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.18, no.3, p.871887, 2010.

OLIVER, G S.; FIGUEIRÔA, S. F. de M. Ceres, as mulheres e o sertão: representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX. **Cad. Pagu**, Campinas, no.29, p.365397, 2007.

OLIVEIRA, V. S. E., A Morte e o Morrer: Um Mapeamento Crítico Sobre O Debate Acadêmico Da Biblioteca Virtual Em Saúde Psicologia. **Monografia**. Centro de Psicologia Hospitalar e Domiciliar do Nordeste Ltda, Recife, 2013.

_____; CORDEIRO, R.L.M. A morte e o morrer em periódicos brasileiros de estudos feministas (2002-2012). In: **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero - REDOR**, João Pessoa, 2012.

PAULILO, M.I.; SILVA, C. B. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.15, no.2, p.399-417, 2007.

PERONA, E. *La transformación tecnológica del sector agropecuario en laprovincia de Córdoba y SUS repercusiones sobre lamujer y lafamilia rural: its effectsonwomenand rural families.* **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.20, no.3, p.739-760, 2012.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.22, no.1, p.51-70, 2014.

SALES, C. M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.15, no.2, p.437-443, 2007.

TIBURI, M. Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.21, no.1, p.191-207, 2013.

THAYER, M. Feminismo transnacional: relendo Joan Scott no Sertão. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.9, no.1, p.103-130, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidades. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009. p.155-184.

SER MULHER E PROFESSORA EM ESCOLAS NO CAMPO

Tatyanne Gomes Marques;

Deusliana Pereira Silva Santos;

Eunice da Rocha Pereira Oliveira;

Marieuda Cardoso Guimarães Silva

Departamento de Educação – DEDC/

Campu XII da Universidade do Estado da Bahia – UNEB

tatygmarques@yahoo.com.br

RESUMO

Este texto entrecruza elementos dos modos de ser mulher do campo e estar na docência em escolas no campo. Os dados que propiciam a análise foram coletados por meio da pesquisa com histórias de vida oral com quatro professoras leigas no contexto do alto-sertão baiano. Assim, buscou-se compreender o que caracteriza ser mulher e professora no campo e que implicações as relações de gênero e seus papéis trazem para a docência. A pesquisa desenvolvida revela a cotidianidade das mulheres do campo na docência. Percebe-se que as mesmas vivenciam muitos papéis e atuam em diferentes contextos. Neste sentido, transitam pelas ambivalências exigidas na contemporaneidade: ao mesmo tempo em que encarnam papéis de esposas, mães, também ousam sair deles. Nos contextos do campo no alto-sertão da Bahia, terem exercido o papel de professoras leigas até o final dos anos 1990 conferiu as quatro mulheres participantes da investigação poderes que evidenciam que as mulheres do campo, mesmo não vinculadas a movimentos sociais, movimentam as relações de gênero.

Palavras-chave: Mulheres do campo; professoras leigas; relações de gênero.

Introdução

De um modo geral, os estudos que focalizam as mulheres do campo apresentam-nas como sujeitos sociais vinculados a movimentos tanto feministas quanto de luta pela terra (SALVARO, LAGO e WOLFF, 2013; SCHAAF, 2003; FISCHER, 2012; SILVA, 2006, dentre outras). São recentes as pesquisas que buscam abordar a história e a vida de mulheres comuns no campo e os aspectos da cotidianidade nas manifestações da cultura, no reconhecimento de subjetividades e outras identidades (REIS, 2014; NOGUEIRA, 2015; SOUZA, 2009; FALCI, 2013, etc.). Quando os estudos dão conta dessas dimensões, favorecem enormes possibilidades de percepção de estilos de vida de mulheres cujas ações apresentam-se orientadas ou não pelos papéis sociais do gênero ou que, em alguma medida, fazem rupturas com a dominação masculina.

No caso da pesquisa aqui apresentada, as mulheres do campo são focalizadas na docência como professoras leigas¹ em escolas multisseriadas². O objetivo do estudo foi analisar os saberes mobilizados pelas professoras leigas em sua atuação docente em escolas no campo. As histórias de vida oral, como metodologia adotada, todavia, ampliaram nosso olhar e evidenciaram que, na constituição das práticas docentes das professoras participantes da pesquisa, o ser mulher e o estar na docência trouxeram implicações para sua vida familiar, comunitária e profissional.

As informações coletadas fizeram-nos, então, observar o quanto da pessoa das professoras marcava a profissão e o quanto da docência redesenhava a vida familiar, pessoal de cada uma delas.

Neste sentido, este texto entrecruza elementos dos modos de ser mulher do campo e estar na docência em escolas no campo. Os dados que propiciam esta análise foram recolhidos por meio da pesquisa com histórias de vida oral

1 No que se refere à educação, a palavra leigo surge quando há uma separação das práticas educativas do Estado em relação à igreja, as práticas educacionais ficam sob responsabilidade do Estado e desvinculam-se das práticas religiosas (*laiko*). Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/1996, um professor leigo é aquele que não tem formação específica para atuar na sua área. No caso desta pesquisa, ao nos referirmos às professoras leigas, estaremos nos reportando às professoras sem a formação inicial em Magistério.

2 É uma forma de organização dos alunos de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupadas em “séries”) em uma mesma classe, geralmente, sob a responsabilidade de um único professor/a. nas comunidades rurais, esta tem sido historicamente uma possibilidade de organização e manutenção das escolas.

com quatro professoras leigas no contexto do alto-sertão baiano³. A escolha das histórias de vida justifica-se, como aponta Paulilo (1999), porque dão acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. Isto é, por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte.

Goodson (1992, p. 10), ao examinar um conjunto de estudos de abordagens diversas sobre histórias de vida de professores, argumenta que:

[...] dar voz aos professores é uma forma de assegurar que os docentes sejam ouvidos, e uma contra cultura é produzida à medida que essa voz pode-se constituir em um mecanismo que atue contra o poder institucionalizado. Trata-se, em outras palavras, do direito dos professores de falarem e de serem representados por si mesmos.

Como se observa na colocação do autor, pesquisar sobre histórias de vida dos professores implica dar oportunidades de falarem de suas experiências e manifestar seus anseios, suas angústias, expectativas diante da profissão docente e pessoal. Conforme afirma Nóvoa (1992, p. 7), “não é possível separar o eu pessoal do eu profissional”, ou seja, é impossível falar da profissão docente sem falar da própria vida, pois buscamos significados para construção do eu profissional na subjetividade. Sendo assim: O que caracteriza ser mulher e professora no campo? Que implicações as relações de gênero e seus papéis trazem para a docência?

No caso do estudo que desenvolvemos, buscamos refletir sobre estas questões a partir das narrativas produzidas pelas quatro professoras leigas: Florisbela; Resistência; Margarida e Lírio⁴.

3 A utilização da denominação “Alto Sertão Baiano”, segundo texto de Nogueira (2015), relaciona-se à sua produção e remete à noção de espaço, articulada à noção de discurso. Marca o lugar de encontro e de relações na região semiárida do estado da Bahia. Já Neves (1998) afirma que a região do Alto Sertão da Bahia tem como referência a posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia e o relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes. Na investigação que realizamos, as quatro professoras viveram e desenvolveram suas práticas docentes nas comunidades rurais do município de Candiba, cidade que em 2015 registrou uma população de 14.667 pessoas.

4 Por questões éticas que envolvem as pesquisas com seres humanos, os nomes atribuídos às professoras participantes da pesquisa são fictícios. Os mesmos foram escolhidos por elas.

Quatro mulheres professoras e suas histórias de vida: breves apontamentos

A história de Florisbela

Florisbela é uma mulher negra. No período da entrevista possuía 61 anos. De religião evangélica, reside atualmente em uma comunidade rural denominada Caboclo, no município de Candiba-BA, é casada e teve 9 filhos. Estudou até a 4ª série do ensino fundamental em Candiba e parou os estudos porque se casou e não continuou devido às imensas dificuldades que foram surgindo no desenrolar da vida de casada. Ela, além de exercer diversas funções na escola, ainda trabalhava na roça para ajudar o marido nas despesas da casa.

Eu falei assim: “Ah! Eu não aprendo mais não, já tô velha. É tanta preocupação na cabeça, eu não!”. Pra mim, estava tão difícil continuar estudando e trabalhando... Tantos filhos... Eu não! Não quis estudar mais não! Não dava pra estudar mais não!

Pelo que se observa na narrativa feita por Florisbela, as suas funções se multiplicavam ao longo do dia, na condição de mulher, de professora, de esposa, de mãe e dona de casa. Apesar dessa correria cotidiana, ela disse ter conseguido administrar seu tempo para se dedicar aos filhos e ao lar. Suas múltiplas funções também estão ligadas a sua subsistência e de sua família já que como docente ela passou a ter atribuições de caráter financeiro.

Florisbela trabalhou 18 anos como professora leiga em um grupo escolar na comunidade rural conhecida como Sobrado. Em 1996, em razão da LDBEN 9394/96, que exigia formação mínima em Magistério para a atuação docente, Florisbela foi transferida para a função de merendeira, uma vez que não possuía a formação exigida. Atualmente, Florisbela se dedica à família e frequenta a igreja a qual pertence, disse que ajuda suas filhas e a comunidade sempre que pode.

A história de Resistência

Resistência é uma mulher que, no momento da entrevista, possuía 59 anos, casada, teve 4 filhos, declarou-se parda e de religião católica. Quando exercia a docência no campo, era também catequista de crianças e jovens, exercia muitas funções na comunidade e foi escolhida para madrinha de várias crianças. Atualmente, ainda reside na comunidade rural conhecida como Pedrinhas,

município de Candiba – BA, local em que exerceu a docência. Quando começou a lecionar como professora leiga, disse que tinha concluído a 4ª série e, após participar do curso em Caetité para professores leigos, o HAPROL (Curso de Habilitação para Professores Leigos), recebeu certificado equivalente à 8ª série e, depois de algum tempo, concluiu o curso de Magistério. Em sua prática docente, contou-nos como distribuía funções para os meninos e meninas, desde a preparação da merenda (as meninas que ajudavam) até buscar água no poço (tarefa atribuída aos meninos). Ela exerceu a docência em sua própria casa durante toda sua trajetória como professora no campo. Após 27 anos de serviço trabalhando como professora, Resistência aposentou e relatou que não prosseguiu na profissão porque teve problemas de saúde. Atualmente trabalha na instituição CASA (Centro de Agroecologia no SemiÁrido) e envolve-se com diferentes atividades sociais em sua comunidade.

A história de Margarida

Margarida no momento da entrevista tinha 58 anos, disse ser de religião evangélica, de cor parda, divorciada e mãe de três filhas, pelas quais afirmou ter dedicado parte de sua vida. Reside atualmente em Vila Neves, no distrito de Pilões, município de Candiba-BA. Concluiu a 8ª série após participar do curso de Habilitação para Professores Leigos (HAPROL). Margarida não deu continuidade aos estudos porque, segundo contou, antes era o pai que não permitia que ela estudasse e depois teve que cuidar das filhas.

Ela relatou que parou de exercer a profissão de professora devido à exigência do curso de Magistério. Assim, em 1996 (ano da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/1996 – que exigia a formação mínima no Curso de Magistério para o exercício da docência), passou a trabalhar como merendeira. Depois de 34 anos, segundo ela, com muitas dificuldades e lutas, aposentou-se como Professora Leiga. Ela é uma mulher que diz se sentir realizada em ver que suas filhas tiveram um destino diferente do seu, com estudos e realização profissional. Atualmente, cuida de seus netos, faz artesanato como crochê, bordado e procura sempre fazer curso nesta área.

A história de Lírio

Lírio possuía 76 anos no momento da entrevista, declarou-se de cor branca, religião católica, viúva, teve 10 filhos, lecionou na comunidade rural denominada Capivara e atualmente reside no município de Guanambi-Ba. Concluiu a

8º série com o curso da HAPROL que participou. Relatou que não deu continuidade nos estudos porque existiam muitas dificuldades na época. Ela disse que *“não dava pra mim ir até Candiba. Eu tinha que ir a Candiba pra poder fazer o segundo grau. Aí eu não tinha condições, tinha muitos filhos pequenos, aí não dava mesmo, então, eu fiquei só na 8ª.”*

Em 1963, Lírio começou a lecionar como professora Leiga na fazenda Capivara, próxima à cidade de Candiba-BA. Isso aconteceu com incentivo de seu sogro que, segundo ela, dizia: *“Ah! Você é uma menina inteligente”*. E com a falta de pessoas para ensinar às crianças da fazenda, o seu sogro disse a ela: *“Eu vou arrumar uns alunos aqui pra você.”* E, assim, Lírio começou a lecionar aulas particulares em sua própria residência com *“uns 10, 12 alunos. Só mesmo ali em volta, que eu comecei”*.

Lírio, mais tarde, assim que a cidade de Candiba se tornou município, foi contratada pelo prefeito da época e começou a lecionar pela prefeitura do município em turmas multisseriadas (no período matutino e vespertino) e, no noturno, com o MOBREAL. Neste período de docência, Lírio lecionou 10 anos ainda em sua própria residência e mais tarde disse que a prefeitura construiu um prédio escolar na comunidade.

Depois de 28 anos de profissão como professora Leiga, Lírio teve que afastar-se da docência por muitos motivos, como ela relata: *“Eu adoeci, [...] esgotamento físico e mental, [...] e tinha minha filha, a caçula, ela tinha um probleminha no coração. Ela precisava fazer uma cirurgia e a cirurgia dela tinha que ser em São Paulo”*. Por tais razões, Lírio aposentou-se em 1992 e foi registrada a aposentadoria em sua Carteira de Trabalho como Professora Leiga. Atualmente, segundo nos narrou, busca participar de muitas coisas que a façam se sentir uma pessoa capaz.

Ser mulher e ser professora nas escolas no campo: algumas análises a partir das histórias de vida

A participação da mulher na educação no campo no Brasil teve um papel ativo. Por meio de nossos estudos e pesquisas, analisamos que as características qualificadas socialmente como femininas – habilidades, comportamentos e atitudes – foram essenciais para o exercício docente, designaram significado e sentido ao que era e é ser professora. Segundo Louro (2007), ao analisar essas representações, não se está apenas analisando indicações de uma posição

feminina, mas está diretamente observando um processo social através do qual uma dada posição é produzida.

Neste sentido, observamos que as posições das mulheres participantes da pesquisa que realizamos também se configuravam por essa posição de mulher, hora na escola como profissional, hora na condição de mãe, que cuida e protege tanto os alunos como filhos. Essa característica do cuidado que muitas vezes é atribuída às mulheres socialmente é posição construída pela sociedade assim como Louro (2007) nos apresenta.

Florisbela, uma de nossas entrevistadas, relatou-nos em dois momentos sobre sua condição que, além de ser professora, muitas vezes, tinha que atuar no papel materno em sala de aula. Primeiro ela fala que: *“quando não tinha merenda, eu fazia merenda para meus meninos. Chegava eu pegava da minha que eu levava e eu dividia pra aquelas crianças que não tinha”* e, no segundo momento, ela disse que:

[...] na estrada, lá era uma reta, era um perigo, passava na frente da escola e os pais tinha cisma assim... com medo de acontecer alguma coisa, né? Carro pra lá e pra cá, menino correndo, pulando, brincando. Por isso que eu brincava com eles, porque ali o sentido quando saia brincando sozinho, jogando bola ou alguma coisa, pros matos, nas estradas. Então, eu reunia ali no terreiro, na frente da escola. Aí, eu brincava com eles ali, [...] até dá a hora de entrar pra dentro, pra não sair, pra livrar do perigo.

Podemos ver também na fala de Resistência, 59 anos, esse cuidado maternal além do ser professora:

[...] um fato assim que marcou bastante porque tinha crianças muito carentes, de famílias muito carentes. Tinha criança que chegava bem cedo e sentava na porta da cozinha. Imaginam esperando o quê? Não é? Sair alguma coisa que eu preparasse para os meus pequenos e eu dividir. Muitas vezes, antes da aula, porque eles vinham sem café da manhã, eles não tinham o café da manhã e o alimento.

Percebe-se, por meio destes fragmentos das narrativas de Florisbela e Resistência, um relacionamento de aproximação da maternidade à profissão

docente. Ao mesmo tempo, a relação imbricada do profissional e da pessoa se apresenta constantemente no ser e está docente das entrevistadas. Segundo Nóvoa (1992, p.17), “O professor é a pessoa e uma parte importante da pessoa é o professor”. Ou seja, na docência – cujo objeto de trabalho são os humanos – é difícil distanciar o profissional da pessoa como ocorre em outras profissões.

De acordo com a afirmação de Nóvoa, nota-se que é impossível separar o eu profissional do eu pessoal e, no caso das mulheres por nós entrevistadas, percebemos que as dimensões do gênero feminino marcaram suas vidas na docência ainda mais pelo fato destas, muitas vezes, exercerem a docência em suas próprias residências como é o caso de Resistência e Lírio. Assim, havia pouca separação entre a mulher docente e a mulher dona de casa, mãe. Isso implicou suas escolhas e ações tanto quando vivenciaram o papel de ser mãe e quanto de ser professora – marcas históricas da docência (MACHADO, 2015; TANURI, 2000; JARDILINO, 2010; YANNOULAS, 1992).

Segundo Louro (2007, p.450), “Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o ser professora representava, de certa forma, a extensão da maternidade, cada aluno ou aluna visto como um filho ou uma filha ‘espiritual’”. Nesta perspectiva apontada pela autora, pode-se confirmar que essas atitudes foram e são incorporadas pelas próprias mulheres atuantes na docência que participaram de nossa pesquisa.

Um dos aspectos também analisado é que as mulheres viveram relações de gênero com imposições masculinas, que idealizavam uma mulher pura e dócil e que tinha seu papel social somente voltado para o lar e a maternidade. Podemos ver isso na fala de Florisbela:

[...] eu tinha criança e eu não tinha como deixar, não podia levar. Eu tava com uma menina novinha, eu não podia levar ela. Não tinha como deixar porque tanto menino pequeno e ainda uma pequeninha. Porque se eu fosse, pra marido cuidar, uma que não cuidava e outra que ele precisava trabalhar. (FLORISBELA. 61 anos).

Ao colocar em segundo plano seus projetos pessoais e profissionais, as entrevistadas mostram-se pressionadas e desestimuladas diante das dificuldades encontradas no decorrer da profissão de professoras leigas (O marido precisava trabalhar; os filhos exigiam cuidado, etc). Isso fez com que elas dessem prioridade a sua vida familiar e, sem muitas opções, tiveram, em algumas ocasiões, que se afastar da profissão de professora ou não prosseguirem na formação.

Vemos isso na história de vida da professora Margarida. Esta teve que afastar por um tempo da docência para dedicar-se à família. Assim, ela nos relata: “[...] e parei por 10 anos [...] foi por causa das minhas filhas, por causa das meninas”. Mas depois que as filhas cresceram, ela voltou a lecionar.

Com a professora Florisbela não foi diferente, ela nos contou que teve que dar fim em sua vida profissional de professora:

Porque eu trabalhava tanto. Além da escola, eu ainda trabalhava na roça, de manhã. Sim! Igual eu trabalhava à tarde na escola... cuidar dos filhos, pra cê ver... panhava lenha longe, na cabeça, pegava água na cabeça. Tinha hora que de noite, eles ia dormir, depois que eu dava janta eles, eu ia lavar roupa, de noite, pra no outro dia eu ir trabalhar um pouquinho na roça, pegar algodão pros vizinhos, fazia qualquer coisa.

Com base nestes relatos, é possível analisarmos atitudes maternas e domésticas muito fortes na vida dessas professoras, além das triplas jornadas de trabalho das mulheres em casa, nas atividades domésticas, nas atividades na agricultura (na roça) e na docência.

Louro (2007, p. 444) ressalta que “De fato o culto da domesticidade já vinha constituindo ao longo do século XIX e representava uma valorização da função feminina no lar, através da construção de vínculos entre o espaço doméstico e a sociedade mais ampla”. Nota-se que os lares sofreriam a ausência feminina, mas a sua inserção na docência não altera seu papel social, visto que cuidar de seus filhos era o único destino que se esperava que fosse cumprido por elas mães de muitos filhos: Florisbela teve 9 filhos; Lírio 10; resistência 4 e Margarida 3. Todavia, precisamos ressaltar que as mulheres forjaram rupturas na condição do gênero, já que, no contexto histórico que exerceram a docência no campo, ousaram não serem apenas as esposas, mães e filhas, mas também professoras. Para isto, tiveram que conciliar muitas dimensões da vida e vivenciarem, ao mesmo tempo, muitas funções.

Além de nos apresentar que o papel da família em suas vidas era primordial, nossas entrevistadas contaram que, além da família, maridos e filhos, foram também submissas a seus pais. A fala de Margarida exemplifica esta condição: “naquela época, pra gente estudar, era a coisa mais difícil do mundo porque os pais não deixavam”. Por meio desta fala, percebemos como o poder masculino era forte na vida da mulher. Eram os homens que decidiam parte dos seus

destinos ao proibirem suas escolhas e ao definirem “Ah! Você é uma menina inteligente. Eu vou arrumar uns alunos aqui pra você.” (Lírio).

Quando afirmamos que os homens deliberavam parte dos destinos das mulheres no campo, ressaltamos que outra parte elas mesmas definiam por suas diferentes formas de resistência e poder. Afinal, todas elas não se conformaram em serem apenas as filhas, esposas, donas de casa, “ajudantes” no trabalho na roça. Elas exerceram também o papel de professoras. Para isto, ou usaram o espaço da própria casa (como, por exemplo, Resistência), ou os contatos políticos do sogro, marido, pais, ou saíram pela estrada para lecionar na escola da comunidade. Assim, conseguiam transitar nos diferentes papéis sociais: de mães, de esposas, de professoras, e viveram as ambivalências exigidas por eles.

A proximidade com a comunidade é elemento marcante das ações das mulheres no campo, principalmente, no papel de professoras. Ao mesmo tempo em que são suas qualidades “femininas” que caracterizam os atributos para a sua inserção na docência (TANURI, 2000; YANNOULAS, 1992), é o ser docente que permite às mulheres professoras outras relações sociais para além do espaço familiar com os pais dos alunos, com os alunos, com os padres na condição de catequistas, etc.

Nas histórias de vida das mulheres docentes participantes da investigação, a exigência de maior formação fez com que elas tivessem que ampliar os estudos, como foi o caso da participação no curso HAPROL. Este curso, realizado em uma cidade vizinha, fez com que elas tivessem que se ausentar do lar. Isto, obviamente, exigiu das mesmas toda uma organização da vida conjugal, materna, como também possibilitou a elas o acesso a mais conhecimento e liberdade. Afinal, com outras colegas professoras puderam compartilhar experiências profissionais e pessoais. Ao mesmo tempo, a exigência de maior formação, especialmente a exigida pela LDBEN 9394/1996, fez com que Florisbela e Margarida desistissem da docência e passassem a exercer a função de merendeiras.

Pelos dados da pesquisa, podemos destacar também que as mulheres que exerciam a função de professoras leigas tinham um prestígio social muito elevado, pois eram elas as pessoas mais estudadas da comunidade e, por assim serem, eram vistas como exemplo a ser seguido, além de serem referência na circulação da cultura escrita. Lírio conta que, como na casa de seu sogro, onde ela morava, apenas ela sabia fazer contas e escrever, encarregava-se de tomar nota de tudo que exigia escrita, como salienta em sua fala:

Era nota de [...] Quando eles colhiam algodão, aquela quantidade de arrobas que dava, era eu que tirava a conta. Se vendia um porco gordo e dava aquela quantidade de arrobas, era eu tirava a conta, tirava a conta das arrobas, dos quilos, do total todo, o dinheiro quanto dava, é.. Então ele já sabia tudo quanto dava, o algodão, o porco que eles vendiam tudo era eu que tirava a conta [...] sabia as quatro operações de conta, sabia escrever uma carta muito bem. Carta quando precisava, pra qualquer coisa, tudo era eu que escrevia [...]. (LÍRIO, 76 anos)

Neste sentido, ressalta-se que o ser docente para esta professora perpassava a sala de aula, pois sendo uma pessoa com estudo, sua função na sociedade era de perpetuar o conhecimento. Além disso, pode-se destacar que, por meio de seus saberes, as mulheres que exerciam a docência na comunidade detinham o saber-poder. Ou seja, eram elas as pessoas mais escolarizadas em seu contexto e este saber dava-lhes poder: faziam as contas, calculavam as perdas e ganhos, escreviam as cartas, davam, portanto, as notícias e faziam circular a informação escrita. Como diz Lírio “... pra qualquer coisa, tudo era eu que escrevia [...]”.

Conclusões

A pesquisa desenvolvida revela a cotidianidade das mulheres do campo na docência. Percebe-se que as mulheres do campo, como as das cidades, vivenciam muitos papéis e atuam em diferentes contextos: na casa; na escola; na igreja. Nos espaços da casa são filhas, esposas, mães, donas de casa. No trabalho, são as “ajudantes” dos pais, irmãos e maridos na roça. No caso das personagens das histórias de vida que tivemos acesso, na escola, são as professoras.

Nesses diferentes papéis, observamos que as mulheres vivem isto e aquilo. Ou seja, transitam pelas ambivalências exigidas no campo e na cidade na contemporaneidade: ao mesmo tempo em que encarnam papéis do gênero (esposas, mães), ousam em sair deles e exercem formas de resistência. Portanto, de rupturas de gênero.

Nos contextos do campo no alto-sertão da Bahia, terem exercido o papel de professoras leigas até o final dos anos 1990 conferiu as quatro mulheres participantes da pesquisa poderes que evidenciam que as mulheres do campo, mesmo não vinculadas a movimentos sociais, movimentam as relações de gênero.

Referências

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10a ed, 2a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

GOODSON, I. F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA. António (org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto Editora, 1992.

JARDILINO, José Rubens Lima. Formação de professores na América: notas sobre história comparada da educação no século XX. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 54-67, jan./jul. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 443-481.

MACHADO, P. B. **O legado docente dos (as) professores(as) leigos (as) do nordeste brasileiro**: identificação e análise das competências e das experiências excluídas. 2010. Disponível em < <https://blogpaulomachado.wordpress.com/2010/09/07/o-legado-docente-dos-as-professores-as-leigos-as-do-nordeste-brasileiro-identificacao-e-analise-das-competencias-aperfeicoadas-e-das-experiencias-excluidas/>> Acesso em 29 de abril de 2015.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: Editora da Universidade federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

NOGUEIRA, M. L. P. S. *Mulheres, história e literatura em João Gumes: Alto-Sertão da Bahia, 1897-1930*. São Paulo: intermeios, 2015. (Coleção Entregêneros).

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, António (Org.). **Vida de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

PAULILO, M. A. S. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **Serviço social em revista**, v. 1, n.1, 135 - 148. Londrina, 1999.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. **Mulheres camponesas e culturas do escrito:** trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBS. Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2014.

RIOS, J. A. V. P. **Profissão docente na Roça.** Salvador: EDUFBA, 2015.

SALVARO, G. I. J., LAGO, M. C. S., & WOLFF, C. S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, 25(1), 2013, p. 79-89.

SCHAAF, Ali Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442

SILVA, Berenice Gomes da. Mãos Invisíveis? Demandas dos Movimentos de Mulheres trabalhadoras Rurais por políticas públicas no Brasil. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero e Preconceito**, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

SOUZA, Maria José Francisco. **Modos de participação nas culturas do escrito em uma comunidade rural no Norte de Minas Gerais.** 2009. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores [no Brasil]. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Acerca de como las Mujeres Llegaran a ser Maestros (América Latina, 1870-1930). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 175, p. 497-521, set./dez. 1992.

O DESAFIO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO DESENVOLVIMENTO POLITICO E SOCIAL NO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGUA BRANCA

Viviane de Oliveira Rocha
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
vivianerochass@hotmail.com

Michelle Rabelo de Souza
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
luzvida_1977@hotmail.com

Aline dos Santos Pedraça
Engeletrus
alinepedraca7@gmail.com

Resumo: Este trabalho propõe uma discussão teórica baseada nos desafios das mulheres trabalhadoras rurais frente ao desenvolvimento político e social da comunidade, através das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, no assentamento e no município de Manaus. A presença das mulheres rurais nas discursões políticas e sociais é um fato, mesmo ocupando espaços em condições invisíveis, não se pode negar que elas estão atuando frente as associações, sindicatos dentre outras instituições políticas para o desenvolvimento, crescimento e reconhecimento do seu trabalho. Para que o desenvolvimento feminino político e social seja evidenciado se faz necessário uma tripla jornada de trabalho, onde a mulher é submetida, uma vez que muitas das atividades exercida por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho. Será possível analisar o trabalho da mulher rural não apenas pelo prisma da atividade produtiva, entendida pura e simplesmente como uma atividade econômica, mas orienta a análise por meio das próprias agricultoras em suas relações com a natureza e a sociedade.

Palavras-Chaves: Trabalho, Gênero, Ascensão Política.

Introdução

Este estudo, centrado no tema de gênero e meio rural na busca apresentar a participação política e social das mulheres trabalhadoras rurais no assentamento, onde enfrentam o desafio da invisibilidade de forma admirável, o campo vem se expandido, e as questões no campo político e social vem sendo desbravado, contudo se faz necessários a tomada de algumas decisões, pois as mulheres vêm ocupando espaços antes designados socialmente para homens. Tal acontecimento é visto como um retrocesso no cenário social dessas mulheres, em virtude da triplicação da jornada de trabalho, já no cenário político é fortalecido, pois é onde homens e mulheres participam de forma igualitária em todos os níveis do processo de tomada de decisões.

Na amazônia tem se evidenciado o papel fundamental da organização social e política para o desenvolvimento não só das questões econômicas de produção das agriculturas familiares na manutenção da dinâmica evolutiva das espécies em seu habitat natural, além disso como na modificação, construção e conservação das paisagens, indispensáveis à sustentabilidade da população local.

No Projeto de Assentamento Agua Branca houve uma ascensão política muito evidente com a fundação da associação de trabalhadores rurais daquela localidade iniciada na década de 1990 e outra no ano de 2011 onde a comunidade pode considerar que houve um desenvolvimento não só econômico, mas político e social.

Metodologia

Para a consumação e solidificação deste trabalho realizamos a pesquisa de campo com entrevista semiestruturada com Presidente da comunidade e três trabalhadoras rurais, onde escolhemos a história oral como procedimento metodológico. A escolha pelo método da história oral se justifica pela possibilidade de interpretação entre os fatos vividos no passado e no presente, nos permitindo realizar um resgate de informações através da utilização da memória. Realizamos também pesquisa bibliográfica.

Resultados e Discussão

Trabalho

Para analisar o atual mundo do trabalho deve-se examinar as mudanças econômicas, políticas, e sociais que afere essa questão em largas dimensões. No que tange abstração de trabalho Marcia Leite contribui para a apreensão do seguinte termo:

(...) buscar-se a compreender o deslocamento e a ressignificação de categorias que se consolidaram como instrumentos heurísticos de enorme importância para a compreensão do mundo do trabalho. Trata-se nesse sentido, de discutir conceitos como de flexibilização, informalização, precarização, trabalho atípico, entre outros, tentando precisar os da nova tessitura social que se vem conformando e buscando reencontrar sua capacidade explicativa, muitas vezes perdidas no seu uso excessivo, e desacompanhado do cuidado de inseri-los no quadro do conjunto de transformações que vêm reconfigurando o social. (LEITE, 2009, p. 67).

Na busca da compreensão do termo a autora norteia o conceito a partir de outros termos, que vêm para dá o significado de trabalho. Sendo o trabalho definido como um esforço empreendido na consecução de um fim, é uma atividade antiga quanto o empenho do homem em obter a satisfação das suas necessidades, garantindo, assim, sua sobrevivência.

Este entendimento nos remete a questão de toda e qualquer ação desenvolvida para a subsistência humana. Para que o trabalho possa ser executado, o trabalhador precisa se identificar com a realização do mesmo, tornando-se apropriado de conhecimento de todo o processo de trabalho.

O trabalho pressupõe uma relação de transformação entre o homem e a natureza geradora de significado, sendo que é por meio do trabalho que o ato de dá significado a natureza se concretiza do mesmo modo a relação sujeito-objeto é medida pelo significado.

Ao ressaltar trabalho ANTUNES (2001) destaca a relação entre o sentido e trabalho na atual realidade social em uma perspectiva sociológica. Segundo o autor para que exista uma vida cheia de sentido fora do trabalho, é necessária uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar

trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com satisfação realização e permanência que trazem sentido para a vida dos indivíduos. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.

Em nossa língua a palavra trabalho originou-se do latim vulgar “tripalium” era um instrumento feito de três paus aguçados, com pontas de ferro, no qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los. Os dicionários porem, registram “tripalium” apenas como um instrumento de tortura, o que teria sido originalmente ou se tornado depois de seu uso na agricultura, por tanto a palavra trabalho significou por muito tempo e os dias atuais, padecimento, castigo, sofrimento. (ALBORNOZ, 2002).

Trabalho é um termo masculino que, em sua forma substantiva quer dizer: exercícios, aplicação de energia física em algumas atividades, numa profissão, ocupação, labuta, esforço; cuidado, dedicação, feitura de uma obra: a própria obra já executada: livro; compendio; escultura; pintura; aflições; sofrimento; e parto.

Gênero

As discussões sobre gênero iniciaram em meados do século vinte como um conceito capaz de enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo dos indivíduos, no entanto os estudos de gênero ganharam evidencia na década de 1970 pela antropóloga americana Gayle Rubin que com seu artigo “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a economia política do sexo” publicado originalmente em 1975.

Ao conceituar gênero, Rubin (1975) explana que em torno das discussões de gênero existe uma dicotomia denominada por ela como sistema sexo/gênero. Essa definição, declara que o sistema sexo/gênero é *o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana, e nas quais estas sociedades sociais transformadas são satisfeitas* (RUBIN apud PISCITELLI, 2002, p. 7 -42).

Segundo Scott, *gênero é uma organização social, construída sobre a percepção das diferenças sexuais imbricadas a relações desiguais de poder* (Scott, 1995, p.71).

Concomitantemente a ideia de Scott, está o pensamento da filósofa americana Judith Butler, considerada uma das mais importantes teóricas da questão contemporânea do feminismo. Butler (2003) traz contribuições indispensáveis

para o melhor entendimento sobre gênero. Tanto Scott, quanto Butler falam a partir de uma perspectiva construcionista social, na qual se baseiam no pensamento de Foucault e, ambas apontam que tanto sexo, quanto gênero são, em primeiro lugar, formas de saber. Baseado nesse pensamento, podemos concluir que gênero está diretamente relacionado com o estudo a respeito dos corpos, das diferenças sexuais e dos indivíduos sexuados.

O levantamento teórico realizado por Scott na década de 80 levou a autora a concluir que mesmo os estudos de gênero tenham dado um importante passo a respeito de sua conceituação, ainda há muito a ser estudado e avaliado, e que estamos longe de chegar a um consenso sobre sexo e gênero.

A socióloga brasileira Heleieth Saffioti, faz uma importante crítica em relação aos estudos de gênero, revisitando inclusive, as produções das autoras acima citadas. Segundo ela, Rubin sistematizou o sistema sexo/gênero a partir da ideia de que a opressão das mulheres pelos homens não é inevitável, conceituando gênero de maneira pretensamente neutra. As concepções das autoras se harmonizam ao afirmarem que as relações de gênero estão condicionadas às relações de poder, hierarquizando homens e mulheres ao longo da história.

Baseada nessa perspectiva, Saffioti (2004) demonstra que o conceito de gênero é bem mais vasto que o conceito de patriarcado. Segundo ela, gênero acompanha a humanidade desde sua existência, já o patriarcado é um fenômeno recente baseado na industrialização do capitalismo. Atualmente o conceito de gênero vem sendo discutido no universo feminista com mais centralidade, desviando a atenção para as discussões sobre patriarcado. Essa exclusividade em discutir a categoria gênero abre precedentes para um questionamento deles sobre o real interesse por trás da desconstrução do sentido do patriarcado em benefício dos ricos usos de gênero e que, no decorrer da história, as mulheres vêm sendo hierarquicamente inferiores em relação aos homens. Para Saffioti, *tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, neutralizando a exploração-dominação masculina* (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Apesar da evolução das questões de gênero, ainda é possível encontrar no cotidiano das mulheres situações que evidenciam a desigualdade perante os homens que são capazes de causar perplexidade a muitas pessoas que pesquisam sobre o tema. Torres (2011), expõe que atualmente no cenário atual referente ao campo de trabalho nos quais as mulheres estão inseridas, existe um “reconhecimento tácito da igualdade de direitos e oportunidades entre as pessoas de ambos os sexos”.

Dependendo de cada sociedade, essas relações são mais ou menos assimétricas, existindo, porém, entre elas um ponto em comum: as relações de gênero são permeadas pelas relações de poder. O poder constitui-se numa ação que consubstancia e encarna a vida de homens e mulheres sendo, pois, as relações de gênero um elemento estruturante da vida em sociedade. (TORRES, 2011, p. 69).

A autora expõe que apesar das mulheres terem acesso a novas alternativas para alcançar seus objetivos em diversos aspectos, mesmo assim em algumas sociedades passam por situações de desigualdade. A partir dessa análise é possível perceber que as mulheres apesar de serem adequadamente capacitadas em determinadas áreas de trabalho, ganham até 30% a menos que os homens. Essa afirmação é feita mediante uma pesquisa qualitativa feita pelo Grupo Catho do Amazonas. Ainda nessa pesquisa é possível destacar que o nível de escolaridade das mulheres se equipara, quando não supera o dos homens e mesmo assim elas chegam a ganhar menos que os homens.

A partir dessa análise, percebemos que há muito a se evoluir sobre as questões de gênero que evidenciam a desigualdade entre homens e mulheres no mundo, mas para tanto é necessário que a sociedade contemporânea quebre paradigmas, tais como o desprendimento das questões de gênero, que mesmo depois de várias conquistas das mulheres em diferentes seguimentos de suas vidas, ainda assim são tratadas de forma inferior por uma parte da sociedade em que vivem.

Ascensão Política

Na ascensão política das mulheres designa o ato de ascender. No caso das mulheres trabalhadoras rurais essa ascensão se dá através de sua busca pela presidência de associações, sindicatos entre outros ocasionando uma ascensão social, uma mudança não só na sua posição política mais uma ascensão intelectual que é cada vez mais evidente na sociedade contemporânea.

A amazônia deve seu protagonismo feminino a partir da suposta guerra travada por mulheres contra os invasores espanhóis, na desembocadura do rio Nhamundá, foi registrada com um misto de admiração e espanto, além de uma boa dose do que se poderia chamar de realismo fantástico, por frei Gaspar de Carvajal, o cronista oficial da expedição.

É inegável essa expansão da ascensão política das mulheres no Amazonas e no Brasil, praticamente em todas as áreas da atividade humana, fato ao qual os agentes da comunicação social dão visibilidade cada vez mais, quase sempre com certa simpatia implícita e muitas vezes nem sequer disfarçada. Conforme explicita Torres:

Dependendo de cada sociedade, essas relações são mais ou menos assimétricas, existindo, porém, entre elas um ponto em comum: as relações de gênero são permeadas pelas relações de poder. O poder constitui-se numa ação que consubstancia e encarna a vida de homens e mulheres sendo, pois, as relações de gênero um elemento estruturante da vida em sociedade. (TORRES, 2005, p.19).

Desta feita não seria sem sentido afirmar que, apesar dos avanços recentes das políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal para dar a população amazonense as condições básicas de inclusão e as garantias constitucionais ainda se encontra pela metade o processo de emancipação feminina, pois a realidade sinaliza para a sociedade necessidades alarmantes de políticas efetivas e atuantes.

Mulheres trabalhadoras da agricultura familiar

As mulheres rurais para que se tornem protagonista de suas histórias, passam por uma tripla jornada de trabalho, esta triplicidade evidencia a atuação no campo, atividades domésticas e na comercialização de seus produtos para a contribuição direta na renda familiar.

No decorrer da história as mulheres de classe abastada não tinham muitas atividades fora do âmbito doméstico. Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe, orientadora dos filhos, cozinhar, costurar e bordar, eram as atividades desenvolvidas por mulheres que vinham garantir o sustento e a educação da numerosa prole. Entretanto, essas atividades, além de não serem valorizadas, não eram bem vistas socialmente, tonando as mulheres vítimas do preconceito, machismo, sendo acusadas de incapazes de realizar atividades ditas masculinas e prove sustento de sua casa. As mulheres que obtinha sua produção vendiam seus produtos através de outras pessoas ou mesmo o esposo fazia a venda, por não querer aparecer, pois antigamente a mulher não precisava, não deveria ganhar dinheiro pois tinha o seu provedor.

As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser garantir seu sustento sendo cozinheira, costureira, lavadeira, roceiras, esta última, na enxada, ao lado de pais, irmãos ou companheiros, realizavam todo o trabalho considerado masculino; torar paus, carregar feixes de lenha, semear, limpar a roça do mato, plantar e colher.

Desde a década de 1960, a agricultura familiar vem passando por um processo de modernização e industrialização, a partir deste processo houve mudança significativas na estrutura social, produtivas do campo e demográfica e ecológicas, pois houve uma ampliação das atividades agrícolas através da inauguração de rodovias, tornando muito mais complexa a execução das atividades agrícolas, pois houve a redefinição do papel de seus atores, emergindo o papel feminino no meio rural. Este acortinado que encobre o trabalho feminino rural é consequência da cultura patriarcal, de dominação masculina, que define a inferioridade do papel feminino em nossa sociedade precarizando seu trabalho em diversos espaços sociais. No caso específico das mulheres rurais, contudo, essa questão é mais acentuada, em virtude da introjeção, pelas próprias mulheres da ideologia patriarcal.

Há um número elevado de pessoas do sexo feminino, caracterizado como trabalhadoras sem remuneração no meio rural.

A divisão sexual do trabalho no assentamento

No início da década de 1990 a presença das mulheres no assentamento era limitada devido a inacessibilidade, os homens eram o principal público, por serem mais resistentes a longas horas de caminhada para chegarem nos seus lotes, com as picadas e caminhos alternativos criados pelos assentados, foi possível a inserção das mulheres no assentamento.

Na atual conjuntura a divisão sexual do trabalho no assentamento vem se evidenciando, pois, as mulheres rurais apresentam-se como principais responsáveis pelas atividades no campo e na floresta, na busca de autonomia essas mulheres se destacam nas suas lutas cotidianas por uma terra livre para plantar, cultivar e colher.

Na atualidade as produtoras já se encontram todas sindicalizadas no SINTRARURAIIS – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Manaus, cadastradas na APOAM - Associação de Produtores Orgânicos do Estado do Amazonas, cadastrado no Ministério da Agricultura. A comunidade obteve vários projetos para o seu desenvolvimento econômico

como Projeto Agrofloresta, Projeto Agroecológico Integrado Sustentáveis, Projeto Eco forte – 4 produtoras, com o intuito de melhorar cada vez mais a produção, fazem parte também do Conselho Estadual de Agricultura, e uma organização regulamentadora de projetos REMA – Rede Maniva de Agroecologia, tantos avanços contribuem para que essas mulheres tenham um tão esperado reconhecimento por parte da sociedade.

As mulheres hoje ganharam novas técnicas para o plantio e a criação de pequenos animais, por meio de uma combinação, de tratores, carros e mão de obra de homens e mulheres em forma de mutirões, que fazem o trabalho pesado como revirar a terra, roçar, para o plantio de hortaliças na forma consorciada.

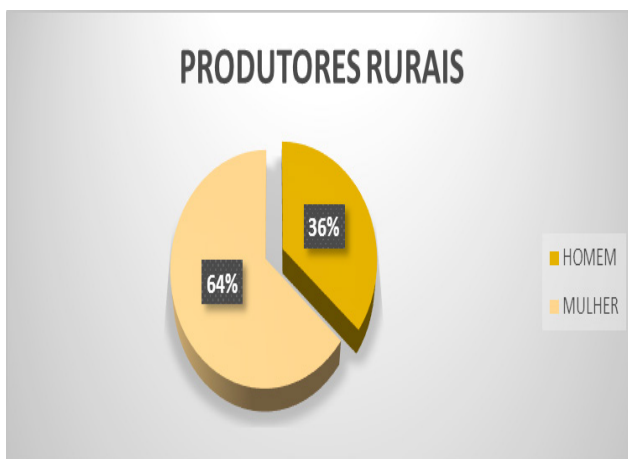
A comercialização dos produtos produzidos pelas mulheres no assentamento conta com a parceria do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrária, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ADS – Agencia de Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, SEPROR – Secretaria de Estado de Produção Rural.

Essas instituições proporcionam o fortalecimento da agricultura familiar no município de Manaus, proporcionando a essa produtora novas fontes de rendas, contribuindo com a elevação do nível social e cultural dessas mulheres que vivem na zona rural.

As mulheres rurais para que se tornem protagonista de suas histórias, passam por uma tripla jornada de trabalho, esta triplicidade evidencia a atuação no campo, atividades domésticas e na comercialização de seus produtos para a contribuição direta na renda familiar.

As atividades desenvolvidas no assentamento Água Branca são compostas por um grupo 52 assentados, 22 compõe um quantitativo de produtores rurais, desses produtores as mulheres buscam visibilidade no meio rural, elevando o quadro do público foco que contribuem nos trabalhos de campo.

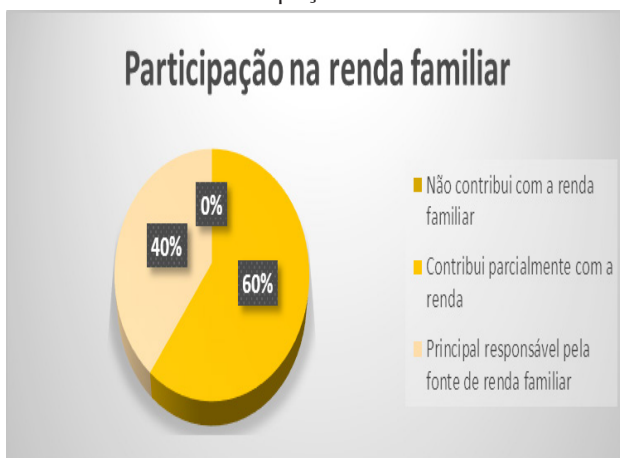
Gráfico 01: Produtores Rurais do Assentamento Água Branca



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

De acordo com os dados coletados é possível identificar a evidencia feminina como produtora rural mostradas no gráfico 01. As mulheres produtoras rurais no assentamento desenvolvem diversas culturas como plantio de hortaliças, criação de animais de pequeno porte, cultivo de plantas medicinais, extração de plantas para insumo, criação de artesanatos e comercialização dos mesmos, com o intuito de emancipação e autonomia econômica, tornando as independentes financeiramente, sendo possível contribuir com a renda familiar.

Gráfico 02: Participação na Renda Familiar.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

De acordo com os dados coletados no que diz respeito a participação na renda familiar, o gráfico 02 explicita que as mulheres passaram a contribuir efetivamente renda da família.

Pode-se constatar também que mesmo tendo conquistado seu espaço, as mulheres trabalhadoras rurais ainda sofrem com os tabús nas atividades desenvolvidas quanto na sociedade, tais como: preconceito, diferença salarial por conta do gênero sexual, o que leva em alguns casos a causar insegurança nas trabalhadoras, fazendo com que estas se vejam incapazes de executar suas tarefas apenas por serem mulheres.

Conclusão

Após a pesquisa foi possível fazer análise dos desafios enfrentados pelo público alvo no meio rural, pois a mulher está ganhando espaço para a superação dos entraves ocasionado pelo preconceito e discriminação sofrida por essas mulheres frente a sociedade.

A agricultura familiar possui características próprias na Amazônia e assim também ocorre em outras regiões; o agricultor familiar amazônico utiliza os recursos naturais para a produção do autossustento familiar; utiliza técnicas passadas de geração a geração; gera os produtos para a sua sobrevivência, produz e preserva os recursos naturais e atende à função de segurança alimentas.

Na agricultura familiar é presumível o acesso a produtos de qualidade; a produção excedente é vendida para adquirir bens não encontrados não produzidos pela sua atividade agrícola na propriedade familiar; o acesso aos bons alimentos, resultantes da agricultura familiar, está de acordo com os objetivos do programa de segurança alimentar; a família atinge então esse alvo e é incentivada a contribuir com as pessoas que necessitam destes alimentos, por que são naturais e de grande importância na saúde da população. Projetos de pesquisas já existentes e em funcionamento nas comunidades de famílias agrícolas fazem melhoramentos de produtos que se tornam resistentes a pragas; outros projetos incentivam a rotação de culturas visando o melhor aproveitamento do solo e outras técnicas em desenvolvimento são testadas e aprimoradas para ajudar as famílias a aumentarem suas produções.

Diante do exposto, observa-se que o protagonismo feminino no trabalho rural se encontra em evidência, pois constatou-se por meio da pesquisa de campo que 70% das mulheres assentadas na comunidade Água Branca são as responsáveis pela produção de seus loteamentos, bem como do sustento de

suas famílias, o que vêm ressaltar a participação da mulher como protagonista do trabalho, superando as limitações impostas pela sociedade.

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. 9ª edição. São Paulo: Brasilense, 2012

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem liberal. In GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (org). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.p.35-48.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilizacao Brasileira, p. 236, 2003.

DAVILLE, Gabriel. O capital. São Paulo: EDIPRO, 3 ed. 1 reimp., (Serie Clássicos Edipro). 2012.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In LEITE, Márcia e ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Orgs.) O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume; FIESP, 2009, pp. 67-94

NODA, Hiroshi. Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia. Manaus: Wega, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? In. Algranti, L.M (org). Campinas. IFCH/UNICAMP, vol 48, 2002, p. 7-42.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero Patriarcado e Violencia. O conceito de gênero. São Pulo: Fundação Perseu Abramo, p.136, 2004.

TORRES, Iraíldes Caldas, SANTOS, Fabiane Vinente. Interseção de gênero na Amazônia. Manaus: EDUA, 2011. p.292.

_____. As novas amazônidas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.